

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	11
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	14
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	15
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA.....	16
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	16
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	19
10. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	20
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	20
12. INVESTIMENTOS.....	23
13. IMOBILIZADO	31
14. INTANGÍVEL.....	34
15. FORNECEDORES	36
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	36
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	37
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS	40
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	41
20. PROVISÕES	41
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	51
22. RECEITA	53
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	55
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	58
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	59
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	62
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	69
28. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	71
29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	74
30. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	74
DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	77
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	86
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	96

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	617.572	887.143	29.706	113.336
Títulos e Valores Mobiliários	5	448.461	993.994	7.357	46.284
Consumidores e Revendedores	6	3.277.055	2.141.844	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	6	130.239	247.571	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	11	6.758.017	848.375	-	-
Tributos Compensáveis	7	215.311	213.602	4.817	4.816
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8a	242.259	294.903	-	-
Dividendos a Receber		50.759	73.283	346.170	354.811
Fundos Vinculados		20.806	1.110	5	273
Estoques		38.070	39.887	10	10
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	10	344.896	344.896	-	-
Outros Créditos		525.129	467.770	11.201	12.558
TOTAL DO CIRCULANTE		12.668.574	6.554.378	399.266	532.088
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	5	8.210	17.278	390	991
Consumidores e Revendedores	6	68.083	202.734	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	6	76.773	6.172	-	-
Tributos Compensáveis	7	394.686	386.606	6.569	6.568
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8a	171.537	207.104	171.537	207.104
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	1.280.212	1.245.726	377.691	362.408
Depósitos Vinculados a Litígios	9	1.542.556	1.534.805	424.880	423.044
Outros Créditos		406.221	407.525	10.979	19.219
Ativo Financeiro da Concessão	11	2.001.249	7.474.968	-	-
Investimentos	12	9.697.555	8.039.791	13.743.027	12.138.161
Imobilizado	13	4.834.708	5.543.620	2.143	1.178
Intangível	14	3.232.896	3.379.296	1.033	1.096
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		23.714.686	28.445.625	14.738.249	13.159.769
TOTAL DO ATIVO		36.383.260	35.000.003	15.137.515	13.691.857

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Fornecedores	15	1.488.401	1.603.716	5.177	5.766
Encargos Regulatórios	18	449.373	105.558	-	-
Participações nos Lucros		196.317	115.698	15.102	10.835
Impostos, Taxas e Contribuições	16 ^a	575.648	554.708	20.290	57.975
Imposto de Renda e Contribuição Social	16 ^b	37.708	42.556	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar		1.617.138	1.643.451	1.617.138	1.643.451
Empréstimos e Financiamentos	17	4.061.203	4.151.063	-	-
Debêntures	17	543.911	1.139.592	-	-
Salários e Contribuições Sociais		182.895	194.608	8.003	8.555
Obrigações Pós-emprego	19	156.164	153.426	8.449	8.932
Outras Obrigações		496.009	418.941	15.205	13.716
TOTAL DO CIRCULANTE		9.804.767	10.123.317	1.689.364	1.749.230
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	18	154.812	251.937	-	-
Empréstimos e Financiamentos	17	2.025.254	1.832.307	-	-
Debêntures	17	6.425.457	6.385.776	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	16 ^a	720.586	723.176	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16 ^b	760.753	611.469	-	-
Provisões	20	761.330	754.975	314.628	308.767
Obrigações Pós-emprego	19	2.521.647	2.478.226	137.068	134.151
Outras Obrigações		425.651	553.868	217.638	218.798
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		13.795.490	13.591.734	669.334	661.716
TOTAL DO PASSIVO		23.600.257	23.715.051	2.358.698	2.410.946
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	21				
Capital Social		6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.503	1.924.503	1.924.503
Reservas de Lucros		2.593.868	2.593.868	2.593.868	2.593.868
Ajustes de Avaliação Patrimonial		462.025	468.332	462.025	468.332
Lucros Acumulados		1.504.213	-	1.504.213	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS		12.778.817	11.280.911	12.778.817	11.280.911
CONTROLADORES					
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		4.186	4.041	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.783.003	11.284.952	12.778.817	11.280.911
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		36.383.260	35.000.003	15.137.515	13.691.857

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado	31/03/2015	31/03/2014
RECEITA LÍQUIDA	22	5.849.279	4.710.009	80	80
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	23				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.421.404)	(1.628.716)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(241.389)	(169.542)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(262.008)	-	-	-
		(2.924.801)	(1.798.258)	-	-
OUTROS CUSTOS	23				
Pessoal e Administradores		(267.068)	(231.885)	-	-
Materiais		(10.552)	(9.724)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(77.518)	(37.490)	-	-
Serviços de Terceiros		(174.192)	(141.156)	-	-
Depreciação e Amortização		(240.839)	(170.545)	-	-
Provisões Operacionais		(8.476)	11.540	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(233.573)	(149.070)	-	-
Outras		(25.708)	(36.578)	-	-
		(1.037.926)	(764.908)	-	-
CUSTO TOTAL		(3.962.727)	(2.563.166)	-	-
LUCRO BRUTO		1.886.552	2.146.843	80	80
DESPESAS OPERACIONAIS	23				
Despesas com Vendas		(26.700)	(27.308)	-	-
(Despesas) Reversões Gerais e Administrativas		(144.141)	(154.236)	(15.235)	(14.807)
Outras Despesas Operacionais		(208.561)	(153.523)	(19.379)	(4.384)
		(379.402)	(335.067)	(34.614)	(19.191)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	90.092	114.720	1.499.761	1.254.062
Resultado de Valor Justo em Operação Societária		734.530	-	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		2.331.772	1.926.496	1.465.227	1.234.951
Receitas Financeiras	24	290.302	252.923	5.954	13.170
Despesas Financeiras	24	(563.752)	(350.462)	(1.982)	(1.815)
Resultado antes dos Impostos		2.058.322	1.828.957	1.469.199	1.246.306
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8c	(458.757)	(627.263)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	(114.938)	48.395	15.283	3.783
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.484.627	1.250.089	1.484.482	1.250.089
Total do resultado do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		1.484.482	1.250.089	-	-
Participação de acionista não-controlador		145	-	-	-
		1.484.627	1.250.089	-	-
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	21	1,18	0,99	1,18	0,99
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	21	1,18	0,99	1,18	0,99

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.484.627	1.250.089	1.484.482	1.250.089
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	(118)	325	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	(1.509)	-	(1.184)
	(118)	(1.184)	-	(1.184)
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	13.542	-	13.424	-
	13.542	-	13.424	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.498.051	1.248.905	1.497.906	1.248.905
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	1.497.906	1.248.905	-	-
Participação de acionista não-controlador	145	-	-	-
	1.498.051	1.248.905	1.497.906	1.248.905

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	6.294.208	1.924.733	3.839.882	579.534	-	12.638.357	-	12.638.357
Resultado do período	-	-	-	-	1.250.089	1.250.089	-	1.250.089
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	325	-	325	-	325
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	(1.509)	-	(1.509)	-	(1.509)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(1.184)	1.250.089	1.248.905	-	1.248.905
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Reembolso de ações por dissidência de acionistas	-	(230)	-	-	-	(230)	-	(230)
Realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(10.071)	10.071	-	-	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	6.294.208	1.924.503	3.839.882	568.279	1.260.160	13.887.032	-	13.887.032
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE MARÇO DE 2014	6.294.208	1.924.503	3.839.882	568.279	1.260.160	13.887.032	-	13.887.032

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	6.294.208	1.924.503	2.593.868	468.332	-	11.280.911	4.041	11.284.952
Resultado do período	-	-	-	-	1.484.482	1.484.482	145	1.484.627
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(118)	-	(118)	-	(118)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	13.542	-	13.542	-	13.542
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	13.424	1.484.482	1.497.906	145	1.498.051
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Reembolso de ações por dissidência de acionistas								
Realização da reserva de ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(19.731)	19.731	-	-	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	6.294.208	1.924.503	2.593.868	462.025	1.504.213	12.778.817	-	12.778.817
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE MARÇO DE 2015	6.294.208	1.924.503	2.593.868	462.025	1.504.213	12.778.817	4.186	12.783.003

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	1.484.627	1.250.089	1.484.482	1.250.089
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	573.695	578.868	(15.283)	(3.783)
Depreciação e Amortização	247.121	182.033	116	123
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	18.376	1.214	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(90.092)	(114.720)	(1.499.761)	(1.254.062)
Juros e Variações Monetárias	270.886	189.747	-	-
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	(734.530)	-	-	-
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	43.164	4.783	7.988	(10.985)
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	(550.270)	-	-	-
Remensuração da participação anterior em investimento adquirido por etapas	-	-	-	-
Obrigações Pós-emprego	95.423	82.363	5.056	4.213
	<u>1.358.400</u>	<u>2.174.377</u>	<u>(17.402)</u>	<u>(14.405)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(1.027.664)	(883.780)	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros Componentes Financeiros	487.167	-	-	-
Repasso de Recurso da Conta de Desenv. Energético (CDE)	-	(759.867)	-	-
Tributos Compensáveis	(9.789)	285.485	(2)	(7)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar e Diferido	53.725	148.433	35.567	36.221
Transporte de Energia	46.731	6.692	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(7.751)	(30.933)	(1.837)	(3.785)
Dividendos recebidos de Participações	26.717	5.231	12.199	30.331
Ativo Financeiro da Concessão	2.300	958	-	-
Outros	(68.204)	(13.674)	19.360	7.449
	<u>(496.768)</u>	<u>(1.241.455)</u>	<u>65.287</u>	<u>70.209</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(115.315)	650.180	(589)	(7.221)
Impostos, Taxas e Contribuições	18.350	(60.277)	(37.685)	(46.042)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(88.251)	(101.726)	2.673	-
Salários e Contribuições Sociais	(11.713)	(33.296)	(552)	(3.156)
Encargos Regulatórios	246.690	(8.311)	-	-
Obrigações Pós-emprego	(49.264)	(46.737)	(2.622)	(2.591)
Outros	177.141	24.626	2.469	(14.121)
	<u>177.638</u>	<u>424.459</u>	<u>(36.306)</u>	<u>(73.131)</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	1.039.270	1.357.381	11.579	(17.327)
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(365.864)	(314.778)	(2.673)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(341.008)	(424.039)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u><u>332.398</u></u>	<u><u>618.564</u></u>	<u><u>8.906</u></u>	<u><u>(17.327)</u></u>

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	554.601	90.855	39.528	(26.506)
Fundos Vinculados	(19.696)	1.027	268	(268)
Em Ativos Financeiros	(30.933)	(13.549)	-	-
Em Investimentos				
Aquisição de participação em investidas	(305.778)	-	-	-
Aporte em Investidas	(25.628)	(1.622.977)	(105.001)	-
Em Imobilizado	(10.669)	(17.014)	(1.018)	-
Em Intangível	(180.580)	(137.654)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(18.683)	(1.699.312)	(66.223)	(26.774)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Reembolso de ações por dissidência de acionistas	-	(230)	-	(230)
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	200.000	505.368	-	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(756.973)	(515.646)	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(26.313)	(36)	(26.313)	(36)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(583.286)	(10.544)	(26.313)	(266)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(269.571)	(1.091.292)	(83.630)	(44.367)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	887.143	2.201.827	113.336	286.183
No fim do exercício	617.572	1.110.535	29.706	241.816
	(269.571)	(1.091.292)	(83.630)	(44.367)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	31/03/2015		31/03/2014 Reclassificado		31/03/2015		31/03/2014	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	7.708.127		5.893.950		80		80	
Receita de Construção de Distribuição	202.640		135.521		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	30.933		13.549		-		-	
Receita de Valor Justo em Operação Societária	734.530		-		-		-	
Outras Receitas	-		11.750		-		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27.105)		(27.308)		-		-	
	8.649.125		6.027.462		80		80	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.642.893)		(1.777.948)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(264.872)		(186.973)		-		-	
Serviços de Terceiros	(280.307)		(261.480)		(1.842)		(2.240)	
Gás Comprado para Revenda	(262.008)		-		-		-	
Materiais	(210.145)		(104.385)		(90)		(27)	
Outros Custos Operacionais	(90.233)		(62.598)		(11.651)		3.509	
	(3.750.458)		(2.393.384)		(13.583)		1.242	
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.898.667		3.634.078		(13.503)		1.322	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(247.121)		(182.033)		(116)		(123)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	4.651.546		3.452.045		(13.619)		1.199	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	90.092		114.720		1.499.761		1.254.062	
Receitas Financeiras	290.302		252.923		5.954		13.170	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.031.940		3.819.688		1.492.096		1.268.431	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Empregados	438.439	8,71	370.471	9,70	19.045	1,28	17.158	1,35
Remuneração direta	310.451	6,17	244.002	6,39	13.983	0,94	10.642	0,84
Benefícios	110.373	2,19	109.599	2,87	4.476	0,30	5.467	0,43
FGTS	17.615	0,35	16.870	0,44	586	0,04	1.049	0,08
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	2.491.684	49,52	1.820.571	47,66	(13.476)	(0,91)	(834)	(0,06)
Federais	1.537.938	30,56	1.085.307	28,41	(13.674)	(0,92)	(932)	(0,07)
Estaduais	949.743	18,87	731.701	19,16	25	-	24	-
Municipais	4.003	0,09	3.563	0,09	173	0,01	74	0,01
Remuneração de Capitais de Terceiros	617.190	12,27	378.557	9,91	2.045	0,14	2.018	0,16
Juros	588.391	11,69	350.462	9,18	1.982	0,14	1.815	0,14
Aluguéis	28.799	0,57	28.095	0,73	63	0,00	203	0,02
Remuneração de Capitais Próprios	1.484.627	29,50	1.250.089	32,73	1.484.482	99,49	1.250.089	98,55
Lucros Retidos	1.484.482	29,50	1.250.089	32,73	1.484.482	99,49	1.250.089	98,55
Participação dos não-controladores nos lucros Retidos	145	-	-	-	-	-	-	-
	5.031.940	100,00	3.819.688	100,00	1.492.096	100,00	1.268.431	100,00

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Atua, única e exclusivamente, como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Cemig D detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 20 anos até 18 de fevereiro de 2016, e enquadra-se nos termos da Medida Provisória nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783 em janeiro de 2013). Em 15 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do respectivo contrato de concessão. Em 17 de janeiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) enviou para a Companhia o Ofício Circular 01/2014-DR/ANEEL informando que está analisando o requerimento de prorrogação da concessão, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido. Até a data da aprovação destas Informações Contábeis Intermediárias os termos da prorrogação não são conhecidos pela Administração. A expectativa da Administração é de que este pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de 30 anos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia optou por apresentar as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos períodos das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2015, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2015.

Em 13 de maio de 2015, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Consolidadas de 31 de dezembro de 2014 e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 31 de março de 2015.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado no trimestre findo em 31 de março de 2015 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2014	31/03/2015	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
5	28	Segmentos Operacionais
6	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	5	Títulos e Valores Mobiliários
8	6	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	7	Tributos Compensáveis
10	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	9	Depósitos Vinculados a Litígios
12	10	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)
13	11	Ativo Financeiro da Concessão
14	12	Investimentos
15	13	Imobilizado
16	14	Intangível
17	15	Fornecedores
18	16	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
19	17	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	18	Encargos Regulatórios
21	19	Obrigações Pós-Emprego
22	20	Provisões
23	21	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
24	22	Receita
25	23	Custos e Despesas Operacionais
26	24	Receitas e Despesas Financeiras
27	25	Transações com Partes Relacionadas
28	26	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
29	27	Mensuração Pelo Valor Justo
32	29	Transações não Envolvendo Caixa
33	30	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas do relatório anual de 2014 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
4	Das Concessões e Autorizações
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais

2.3 – Reclassificação de Saldos Contábeis

Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, alguns saldos contábeis referentes às Informações Contábeis Intermediárias, originalmente emitidas em 15 de maio de 2014, estão sendo reclassificados para permitir melhor comparabilidade entre os períodos analisados.

31/03/2014		Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Demonstração de Resultado					
Receita	22	4.760.772	(50.763)	4.710.009	
Outros Custos - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	23	(41.135)	41.135	-	
Outras Despesas Operacionais - Taxa Fiscalização e Serviços de terceiros	23	(110.179)	(6.340)	(116.519)	
Outros Custos - Serviços de terceiros	23	(157.124)	15.968	(141.156)	
Total		4.452.334	-	4.452.334	

31/03/2014		Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Demonstrações do Valor Adicionado				
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Serviços de Terceiros (Agentes Arrecadadores)		(277.448)	15.968	(261.480)
Outros Custos Operacionais (Agentes Arrecadadores)		(46.630)	(15.968)	(62.598)
Total		(324.078)	-	(324.078)

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	31/12/2014
		Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00
Gasmig	Consolidação	99,57
Cemig Telecom	Consolidação	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00
Cemig Capim Branco Energia	Consolidação	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Consolidação	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Contas Bancárias	187.598	88.767	4.628	4.893
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	355.106	750.376	23.768	105.937
Overnight	71.312	48.000	1.309	2.506
Outros	3.556	-	1	-
	429.974	798.376	25.078	108.443
	617.572	887.143	29.706	113.336

As aplicações financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 70% a 105% conforme operação). As operações compromissadas afirmam em suas respectivas notas de negociação o compromisso de recompra do título pelo Banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

As operações de overnight que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	113.339	237.605	644	10.616
Letras Financeiras - Bancos	237.063	556.395	4.349	25.877
Letras Financeiras do Tesouro	21.761	85.752	400	3.988
Debêntures	69.077	98.319	1.268	4.682
Outros	7.221	15.923	696	1.121
	448.461	993.994	7.357	46.284
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	386	420	243	209
Letras Financeiras - Bancos	7.647	16.524	144	765
Outros	177	334	3	17
	8.210	17.278	390	991
	456.671	1.011.272	7.747	47.275

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, na contratação.

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 70% a 105% conforme operação).

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, está apresentada na Nota Explicativa nº 27.

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/03/2015	31/12/2014
Fornecimento Faturado	1.279.016	442.015	537.000	2.258.031	2.019.288
Fornecimento não Faturado	601.543	-	-	601.543	668.348
Suprimento a Outras Concessionárias	835.097	104.765	1.366	941.228	306.791
Concessionários – Transporte de Energia	156.490	5.052	249.106	410.648	253.744
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(659.300)	(659.300)	(649.850)
	2.872.146	551.832	128.172	3.552.150	2.598.321
Ativo Circulante				3.407.294	2.389.415
Ativo não Circulante				144.856	208.906

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 26.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/03/2015	31/12/2014
Residencial	180.109	173.899
Industrial	123.586	328.516
Comércio, Serviços e Outras	103.665	99.130
Rural	18.123	17.891
Poder Público	10.121	10.126
Iluminação Pública	5.027	5.137
Serviço Público	9.662	9.936
Outros	5.371	5.215
Concessionários – Transporte de Energia	203.636	-
	659.300	649.850

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no primeiro trimestre de 2015 é como segue:

	31/12/2014	Constituições	Baixas	31/03/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	649.850	27.105	(17.655)	659.300

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
ICMS a Recuperar	172.671	169.491	3.431	3.431
PIS-PASEP	6.367	6.651	-	-
COFINS	29.362	30.733	-	-
Outros	6.911	6.727	1.386	1.385
	<u>215.311</u>	<u>213.602</u>	<u>4.817</u>	<u>4.816</u>
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	296.118	282.676	4.754	4.754
PIS-PASEP	17.126	18.150	3	3
COFINS	79.316	83.984	15	15
Outros	2.126	1.796	1.797	1.796
	<u>394.686</u>	<u>386.606</u>	<u>6.569</u>	<u>6.568</u>
	<u>609.997</u>	<u>600.208</u>	<u>11.386</u>	<u>11.384</u>

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até março de 2016.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Circulante				
Imposto de Renda	154.586	201.693	-	-
Contribuição Social	87.673	93.210	-	-
	<u>242.259</u>	<u>294.903</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Não Circulante				
Imposto de Renda	157.583	195.933	157.583	195.933
Contribuição Social	13.954	11.171	13.954	11.171
	<u>171.537</u>	<u>207.104</u>	<u>171.537</u>	<u>207.104</u>
	<u>413.796</u>	<u>502.007</u>	<u>171.537</u>	<u>207.104</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Créditos Tributários				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	273.594	267.964	257.543	251.351
Provisões	307.493	305.929	163.346	161.353
Obrigações Pós-Emprego	635.837	623.473	35.938	35.274
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	224.100	220.835	7.207	6.804
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	198.068	196.032	-	-
Concessão Onerosa	67.523	66.638	-	-
Outros	77.844	50.083	4.354	3.147
Total	1.784.459	1.730.954	468.388	457.929
Obrigações Diferidas				
Custo de Captação	(1.824)	(1.993)	-	-
Custo atribuído	(296.039)	(305.248)	-	-
Ajuste a valor presente	(59.486)	(59.091)	-	-
IRT	(689)	(9.552)	-	-
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(499.450)	(356.087)	(90.697)	(95.521)
Encargos Capitalizados	(70.658)	(59.892)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(2.060)	(1.511)	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(227.341)	(227.341)	-	-
Atualização Ativo Financeiro	(107.432)	(75.982)	-	-
Outros	(21)	-	-	-
Total	(1.265.000)	(1.096.697)	(90.697)	(95.521)
Total Líquido	519.459	634.257	377.691	362.408
Total do Ativo	1.280.212	1.245.726	377.691	362.408
Total do Passivo	(760.753)	(611.469)	-	-

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;

(2) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.058.322	1.828.957	1.469.199	1.246.306
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(699.829)	(621.845)	(499.528)	(423.744)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	119.023	39.005	514.743	426.381
Contribuições e Doações Indedutíveis	(795)	(698)	-	-
Incentivo Fiscal	1.974	2.401	-	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(481)	(31)	8	1
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	6.725	6.023	-	-
Multas Indedutíveis	(2.222)	(2.042)	(2)	-
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(2.860)	(3.174)	-	-
Outros	4.770	1.493	62	1.145
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(573.695)	(578.868)	15.283	3.783
Alíquota Efetiva	27,87%	31,65%	(1,04%)	(0,30%)
Imposto Corrente	458.757	(627.263)	-	-
Imposto Diferido	114.938	48.395	15.283	3.783

(*) inclui efeito do ganho na constituição da Aliança Geração S.A.

Lei nº 12.973/14

A Medida Provisória nº 627/13, convertida na Lei nº 12.973/14, estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes, a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irretratável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que foi manifestada definitivamente em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).

A Companhia optou por não antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

Incentivos Fiscais - Sudene

A Receita Federal do Brasil através do Despacho Decisório 1352 DRF/BHE de 21/07/2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Trabalhista	306.567	300.439	31.166	30.771
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	14.774	14.774	-	-
PASEP/COFINS (1)	735.960	720.175	-	-
Outros	181.901	192.804	132.294	130.339
	932.635	927.753	132.294	130.339
Outros				
Atualização monetária AFAC - Governo do Estado de Minas Gerais (2)	239.445	239.445	239.445	239.445
Regulatório	37.479	37.276	8.934	8.730
Responsabilidade Civil	8.252	8.799	5.964	6.512
Relações de Consumo	3.320	3.580	1.424	1.450
Bloqueio Judicial	8.846	10.312	3.872	4.261
Outros	6.012	7.201	1.782	1.536
	303.354	306.613	261.421	261.934
	1.542.556	1.534.805	424.881	423.044

(1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 20;

(2) Depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Governo do Estado de Minas Gerais relativo à diferença na atualização monetária de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 20.

10. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Reembolso de subsídios tarifários

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Estes repasses foram reconhecidos nestas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, em 31 de março de 2015, como receitas de subsídios, no montante de R\$147.812 (R\$136.026 em 31 de março de 2014). Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R\$344.896 (R\$344.896 em 31 de dezembro de 2014), reconhecidos no ativo circulante.

Reembolso de custos com energia comprada

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e, conseqüentemente, do aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

O decreto definiu que caberia à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a Conta-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – (CDE).

Estes repasses, no montante de R\$404.418, referentes às competências de novembro e dezembro de 2014, foram recebidos em março de 2015 e reconhecidos como uma realização parcial do Ativo Financeiro – CVA.

11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Consolidado	31/03/2015	31/12/2014
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)		
Concessões de Distribuição	6.213.849	5.943.682
Concessões de Transmissão		
Contrato 006/97 - Indenização a Receber	953.601	953.601
Contrato 006/97 - Ativos Remunerados por Tarifa	301.284	276.659
Contrato 079/00 - Ativos Remunerados por Tarifa	46.780	42.726
	<u>7.515.514</u>	<u>7.216.668</u>
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	1.243.752	1.106.675
Total	8.759.266	8.323.343
Ativo Circulante	6.758.017	848.375
Ativo Não Circulante	2.001.249	7.474.968

a) Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição, transmissão e gás da Companhia e suas controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Considerando que a concessão de distribuição da Cemig Distribuição tem o seu vencimento previsto para fevereiro de 2016, os saldos foram integralmente transferidos para o curto prazo no 1º trimestre de 2015.

Ativos de Transmissão

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

Em 23 de fevereiro de 2015, a Aneel enviou à Companhia o Relatório da Fiscalização com a revisão preliminar do Laudo enviado pela Companhia, que correspondeu ao valor de R\$1.157.106, que atualizado até 31 de dezembro de 2014, corresponde ao valor de R\$1.239.039, dos quais R\$285.438 já foram recebidos no 1º trimestre de 2013.

Ainda não estão definidos pelo Poder Concedente o prazo e os critérios de atualização financeira para pagamento do valor remanescente da indenização.

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.272.986	5.943.682	7.216.668
Adição	30.933	-	30.933
Baixas	(21)	(6.843)	(6.864)
Transferências	67	185.457	185.524
Recebimentos	(2.300)	-	(2.300)
Atualização Financeira	-	91.553	91.553
Saldo em 31 de março de 2015	1.301.665	6.213.849	7.515.514

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

A partir da assinatura do aditamento em 10 de dezembro de 2014, a Cemig D passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes. Segue abaixo a movimentação desses ativos e passivos financeiros:

	Saldos em 31/12/2014	CONSTITUIÇÃO (*)	AMORTIZAÇÃO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	Saldos em 31/03/2015
Ativo					
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	12.920	199.019	-	1.267	213.206
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da Rede Básica	94.683	66.818	(14.704)	4.743	151.540
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	2.281	975	(169)	64	3.151
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	2.361	-	(2.371)	10	-
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	3.333	2.432	(3.333)	45	2.477
Energia comprada para Revenda	2.063.655	494.246	(297.092)	58.828	2.319.637
Sobrecontratação de Energia	211.471	(109.096)	(4.945)	1.647	99.077
Outros	35.372	39.077	(29.995)	443	44.897
Total do Ativo	2.426.076	693.471	(352.609)	67.047	2.833.985
Passivo					
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	(310.161)	(92.307)	19.209	(10.319)	(393.578)
Energia comprada para Revenda	(994.461)	(103.303)	235.195	(27.472)	(890.041)
Neutralidade da Parcela A	(10.983)	4.666	3.911	6	(2.400)
Sobrecontratação	-	(181.953)	-	11.335	(170.618)
Bandeiras Tarifárias	-	(127.114)	-	-	(127.114)
Outros	(3.796)	(4.842)	2.267	(111)	(6.482)
Total do Passivo	(1.319.401)	(504.853)	260.582	(26.561)	(1.590.233)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	1.106.675	188.618	(92.027)	40.486	1.243.752

*A variação cambial das faturas de Itaipu compõem os valores de constituição (ver Nota Explicativa 23).

O saldo da constituição é apresentado líquido do recebimento da Conta-ACR (ver Nota Explicativa 11) e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT.

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores já incluídos nos reajustes tarifários	Valores a serem repassados no próximo reajuste tarifário	31/03/2015	31/12/2014
Ativo	168.475	2.665.510	2.833.985	2.426.076
Passivo	(250.614)	(1.339.619)	(1.590.233)	(1.319.401)
	(82.139)	1.325.891	1.243.752	1.106.675

12. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das Informações Contábeis em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Cemig Geração e Transmissão		-	4.937.449	3.486.611
Hidrelétrica Cachoeirão	36.250	34.296		
Guanhães Energia	67.428	67.428		
Hidrelétrica Pipoca	28.300	28.807		
Retiro Baixo	148.102	149.944		
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	763.256	778.206		
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	591.853	603.887		
Lightger	38.500	38.900		
Baguari Energia	197.178	193.351		
Renova	1.516.017	1.538.299		
Aliança geração	1.318.620	3.323		
Aliança Norte	305.778	-		
Central Eólica Praias de Parajuru	61.992	61.999		
Central Eólica Volta do Rio	85.128	84.023		
Central Eólica Praias de Morgado	62.795	62.332		
Amazônia Energia	416.931	394.238		
Cemig Distribuição		-	2.587.523	2.482.227
Light	1.227.147	1.199.236	1.227.147	1.199.236
TAESA	2.275.565	2.187.623	2.275.565	2.187.623
Cemig Telecom	-	-	218.864	225.440
Gasmig	-	-	1.446.766	1.436.815
Rosal Energia	-	-	132.849	120.964
Sá Carvalho	-	-	110.032	106.601
Horizontes Energia	-	-	70.867	70.118
Usina Térmica Ipatinga	-	-	10.383	24.166
Cemig PCH	-	-	68.484	66.560
Cemig Capim Branco Energia	-	-	-	130.128
Epícares Empreendimentos e Participações Ltda	-	92.641	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	16.047	13.588	16.047	13.588
UTE Barreiro	-	-	29.831	28.822
Companhia Transudeste de Transmissão	14.967	12.725	14.967	12.725
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	13.038	9.067
Companhia Transirapé de Transmissão	16.833	13.827	16.833	13.827
Transchile	79.636	66.141	79.636	66.141
Efficientia	-	-	5.218	4.935
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	6.157	6.042
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.985	20.985	20.985	20.985
Cemig Trading	-	-	45.800	31.182
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.718	23.633	23.718	23.633
Parati	384.529	370.359	384.528	370.359
Cemig Overseas (*)	-	-	340	366
	9.697.555	8.039.791	13.743.027	12.138.161

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio, que refere-se a coligada com influência significativa

A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

Controladora	31/12/2014	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Outros/Aporte	31/03/2015
Cemig Geração e Transmissão	3.486.610	1.313.129	-	-	137.710	4.937.449
Cemig Distribuição	2.482.227	5.296	-	-	100.000	2.587.523
Cemig Telecom	225.440	(6.457)	(119)	-	-	218.864
Rosal Energia	120.964	12.419	-	(534)	-	132.849
Sá Carvalho	106.601	3.742	-	(311)	-	110.032
Gasmig	1.436.815	9.951	-	-	-	1.446.766
Horizontes Energia	70.118	310	-	-	439	70.867
Usina Térmica Ipatinga	24.166	217	-	-	(14.000)	10.383
Cemig PCH	66.560	(3.076)	-	-	5.000	68.484
Cemig Capim Branco Energia	130.128	12.153	-	-	(142.281)	-
Companhia Transleste de Transmissão	13.588	4.085	-	(1.626)	-	16.047
UTE Barreiro	28.822	1.009	-	-	-	29.831
Companhia Transudeste de Transmissão	12.725	2.758	-	(516)	-	14.967
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	9.067	3.971	-	-	-	13.038
Companhia Transirapé de Transmissão	13.827	3.577	-	(571)	-	16.833
Transchile	66.141	232	13.263	-	-	79.636
Efficientia	4.935	283	-	-	-	5.218
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	6.042	115	-	-	-	6.157
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.985	-	-	-	-	20.985
Light	1.199.236	27.911	-	-	-	1.227.147
Cemig Trading	31.182	14.618	-	-	-	45.800
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.633	85	-	-	-	23.718
Parati	370.359	6.129	-	-	8.040	384.528
Taesa	2.187.623	87.942	-	-	-	2.275.565
Cemig Overseas	367	(638)	611	-	-	340
	12.138.161	1.499.761	13.755	(3.558)	94.906	13.743.027

Consolidado	31/12/2014	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	31/03/2015
Companhia Transleste de Transmissão	13.588	4.085	-	(1.626)	-	-	16.047
Companhia Transudeste de Transmissão	12.725	2.758	-	(516)	-	-	14.967
Companhia Transirapé de Transmissão	13.827	3.577	-	(571)	-	-	16.833
Transchile	66.141	232	13.263	-	-	-	79.636
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Light	20.985	-	-	-	-	-	20.985
Light	1.199.236	27.911	-	-	-	-	1.227.147
Axiom Soluções Tecnológicas	23.633	85	-	-	-	-	23.718
Hidrelétrica Cachoeirão	34.296	1.954	-	-	-	-	36.250
Guanhães Energia	67.428	-	-	-	-	-	67.428
Hidrelétrica Pipoca	28.807	766	-	(1.273)	-	-	28.300
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	778.206	(14.949)	-	-	-	-	763.256
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	603.887	(12.034)	-	-	-	-	591.853
Lightger	38.900	(400)	-	-	-	-	38.500
Baguari Energia	193.351	4.034	-	(207)	-	-	197.178
Central Eólica Praias de Parajuru	61.999	(77)	-	-	-	70	61.992
Central Eólica Volta do Rio	84.023	1.105	-	-	-	-	85.128
Central Eólica Praias de Morgado	62.332	463	-	-	-	-	62.795
Amazônia Energia	394.238	(1.689)	-	-	24.382	-	416.931
Ativas Data Center	-	(6.679)	-	-	-	6.679	0
Epícares Empreendimentos (*)	92.641	1.342	-	-	-	(93.983)	0
Parati	370.359	6.131	-	-	-	8.038	384.529
Taesa	2.187.623	87.944	-	-	-	(2)	2.275.565
Renova	1.538.299	(22.282)	-	-	-	-	1.516.017
Aliança Geração (**)	3.323	8.903	-	-	571.864	734.530	1.318.620
Aliança Norte	-	-	-	-	305.778	-	305.778
Retiro Baixo	149.944	(3.088)	-	-	1.246	-	148.102
	8.039.791	90.092	13.263	(4.193)	903.270	655.332	9.697.555

(*)A participação na Epícares, relacionada ao investimento na usina de Capim Branco, foi incorporado na Aliança Geração, conforme maiores comentários nesta Nota.

(**)Vide maiores comentários sobre a constituição da Aliança Geração nesta Nota.

Ágio na aquisição de Participações

No processo de alocação do preço de aquisição de investimentos, foram identificados ativos intangíveis referentes aos direitos de exploração de atividades reguladas, estando estes ativos suportados por laudos de avaliação econômico-financeira.

Esses valores, ajustados por efeitos tributários, serão amortizados pelo prazo remanescente das concessões e autorizações, pelo método linear, vinculadas à exploração dos empreendimentos.

As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	31/03/2015			31/12/2014		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	1.837.710	4.937.449	100,00	1.700.000	3.486.611
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.587.523	100,00	2.261.998	2.482.227
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	4.708.929	26,06	2.225.822	4.601.827
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	218.864	100,00	225.082	225.440
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	132.849	100,00	46.944	120.964
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	110.032	100,00	36.833	106.601
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.453.013	99,57	665.429	1.436.815
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	70.867	100,00	64.258	70.118
Usina Térmica Ipatinga	174.281	100,00	174	10.383	100,00	14.174	24.166
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	68.484	100,00	30.952	66.560
Cemig Capim Branco Energia	87.579.000	100,00	-	-	100,00	87.579	130.128
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	64.188	25,00	49.569	54.352
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	29.831	100,00	30.902	28.822
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	62.363	24,00	30.000	53.021
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	13.038	100,00	486	9.067
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	68.706	24,50	22.340	56.437
Transchile	56.407.271	49,00	194.594	162.522	49,00	161.122	134.982
Efficientia	6.051.944	100,00	6.052	5.217	100,00	6.052	4.935
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.000.000	100,00	5.001	6.157	100,00	5.001	5.001
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	41.147	51,00	28.000	41.147
Cemig Trading	160.297	100,00	160	45.800	100,00	160	31.182
Axxiom Soluções Tecnológicas	17.200.000	49,00	17.200	48.404	49,00	17.200	48.231
Aliança Geração	1.271.026.380	45,00	1.270.931	1.848.654	-	-	-
Aliança Norte	17.651.167.851	49,00	529.497	509.624	-	-	-
Parati	1.432.910.602	25,00	1.432.910	1.538.112	25,00	1.432.910	1.481.436
TAESA	1.033.496.721	43,36	3.042.034	5.248.074	43,36	3.042.034	5.045.277

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne

A Madeira Energia S.A. (MESA) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (SAESA) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 31 de março de 2015, R\$21.227.537 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações de todas as unidades geradoras da entidade. Em 31 de março de 2015, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada em conjunto é de R\$3.831.570. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto MESA, tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações.

A MESA e sua controlada SAESA contam com os aportes de recursos diretos e indiretos a serem efetuados pelos seus acionistas.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.218 MW médios e foi atingida em setembro de 2014 com a entrada em operação comercial da 32ª unidade geradora.

A Companhia reconheceu resultado de equivalência patrimonial negativo relativo às suas participações diretas e indiretas na MESA, no montante de R\$26.983 em 31 de março de 2015 (R\$9.348 de equivalência patrimonial negativa em 31 de março de 2014), decorrente, principalmente, do reconhecimento em 2014, pela MESA, de despesas relacionadas à: (i) compra de energia no mercado de curto prazo – CCEE; (ii) alocação do GSF (*Generation Scaling Factor - Fator de ajuste de geração*), e (iii) FID – Fator de Disponibilidade.

Em 21 de outubro de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) dos Acionistas da MESA, na qual foi aprovado aumento do capital social da MESA, por maioria, no valor de R\$ 1,59 bilhão.

Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT ingressaram com ação cautelar em face da MESA, solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, seja suspenso o prazo para exercício, pela SAAG e pela Cemig GT, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014.

Adicionalmente, foi solicitada suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

Opção de Venda de Cotas do FIP Melbourne

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, uma vez que a Madeira Energia é uma companhia fechada, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das informações contábeis intermediárias.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias da Companhia o valor de R\$29.028 referente a melhor estimativa de perda dessas opções.

A principal variável com efeito sobre o cálculo da opção é a taxa de desconto. Em uma análise de sensibilidade, a alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito aproximado de R\$32 milhões no valor da opção.

a) Investimento na Amazônia Energia S.A. - NESA

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,77% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Parati

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

O Fundo de Participação possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, a Companhia observou o volume das ações da Light negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tal opção, se exercida pelo Fundo, requererá a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações da referida empresa em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Informações Contábeis Intermediárias.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia o valor de R\$165.801 referente a melhor estimativa de perda dessa opção.

A principal variável com efeito sobre o cálculo da opção é a taxa de desconto. Em uma análise de sensibilidade, a alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito de R\$101 milhões no valor da opção.

Aquisição de participação na Aliança Norte Energia

A Cemig concluiu em 31 de março de 2015 a aquisição dos 49% de participação da Aliança Norte Energia Participações S/A, detentora da participação de 9% da Norte Energia S/A. (NESA), pertencentes a Vale, o que corresponde a uma participação indireta na NESA de 4,41%.

O preço da aquisição foi de R\$305.778 referente aos aportes efetuados pela Vale no capital social da NESA ate a data do fechamento, corrigido pelo IPCA da data de cada aporte ate 28 de fevereiro de 2015, proporcionalmente a participação societária indireta na NESA de 4,41%.

O processo de alocação do preço de aquisição, incluindo a identificação e mensuração de ativos adquiridos e passivos assumidos encontra-se em andamento.

Constituição da Aliança Geração de Energia

Em função da constituição da Aliança Geração de Energia, a Companhia transferiu para essa nova empresa os saldos referentes as suas participações nos consórcios de geração de energia elétrica, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2015
Ativo	
Consórcio da Hidroelétrica de Aimorés	403.799
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Funil	123.536
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Igarapava	37.088
Consórcio UHE Porto Estrela	25.804
	590.227
Passivo	
Concessão Onerosa Porto Estrela - corrente	(15.654)
Concessão Onerosa Porto Estrela – não corrente	(134.071)
	(149.725)
Acervo Líquido da Cemig GT	440.502
Acervo Líquido da Capim Branco	131.362
	571.864

Conclusão da constituição da Aliança Geração de Energia

Em 27 de fevereiro de 2015 foi concluída a operação de associação entre a Vale S.A. (Vale) e Cemig GT, mediante a integralização na Aliança Geração de Energia S.A. (Aliança), das participações societárias detidas por Vale e Cemig GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I, Capim Branco II, Aimorés e Candonga. A Aliança passa a possuir a capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração.

Com a constituição da Aliança, Vale e Cemig GT detêm, respectivamente, 55% e 45% do capital total, exercendo o controle em conjunto da Sociedade. A conclusão da transação não resultou em nenhum desembolso financeiro e foi executada com o aporte de ativos.

Em conformidade com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, mais especificamente o CPC 18 R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto), a Cemig GT reconheceu em suas demonstrações financeiras o ganho referente a avaliação ao valor justo do investimento na Aliança, excluindo os efeitos da avaliação ao valor justo dos ativos da Companhia que foram aportados na Vale.

Dessa forma, segue abaixo demonstrativo dos efeitos da operação nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de março de 2015:

	Cemig	Vale	Total
Valor justo dos ativos aportados na Aliança	1.866.981	2.331.177	4.198.158
Valor contábil dos ativos aportados na Aliança	571.864	1.276.668	1.848.532
Participação das empresas na Aliança	45%	55%	100%
Participação da Cemig avaliada pelo valor justo	1.889.171	-	-
Lucros não realizados na parcela remanescente dos ativos contribuídos	(582.777)	-	-
Participação da Cemig na Aliança	1.306.394	-	-
Valor contábil dos ativos contribuídos (Nota 13)	(571.864)	-	-
Ganho da transação a ser registrado no resultado do exercício de 2015	734.530	-	-
Efeitos fiscais	(161.348)	-	-
Efeito líquido no resultado do exercício	573.182	-	-

13. IMOBILIZADO

Consolidado	31/03/2015			31/12/2014		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Terrenos	338.312	(6.137)	332.175	382.377	(9.375)	373.002
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.239.616	(5.178.309)	2.061.307	7.465.953	(5.205.671)	2.260.282
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.978.311	(1.491.410)	486.901	2.137.972	(1.528.400)	609.572
Máquinas e Equipamentos	7.207.261	(5.494.972)	1.712.289	7.642.968	(5.589.719)	2.053.249
Veículos	28.518	(20.263)	8.255	28.919	(19.675)	9.244
Móveis e Utensílios	15.756	(11.829)	3.927	16.738	(12.531)	4.207
	<u>16.807.774</u>	<u>(12.202.920)</u>	<u>4.604.854</u>	<u>17.674.927</u>	<u>(12.365.371)</u>	<u>5.309.556</u>
Em Curso	229.854	-	229.854	234.064	-	234.064
Imobilizado Líquido	17.037.628	(12.202.920)	4.834.708	17.908.991	(12.365.371)	5.543.620

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixa	Aporte na empresa Aliança Geração de Energia	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/03/2015
Em Serviço							
Terrenos	373.002	-	-	(40.796)	(1.094)	1.063	332.175
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.260.282	-	-	(163.123)	(35.852)	-	2.061.307
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	609.572	-	-	(115.709)	(7.012)	50	486.901
Máquinas e Equipamentos	2.053.249	-	(525)	(308.207)	(43.389)	11.161	1.712.289
Veículos	9.244	-	-	(335)	(654)	-	8.255
Móveis e Utensílios	4.207	-	-	(199)	(92)	11	3.927
	<u>5.309.556</u>	<u>-</u>	<u>(525)</u>	<u>(628.369)</u>	<u>(88.093)</u>	<u>12.285</u>	<u>4.604.854</u>
Em Curso	234.064	10.669	-	(2.524)	-	(12.355)	229.854
Imobilizado Líquido	5.543.620	10.669	(525)	(630.893)	(88.093)	(70)	4.834.708

Consórcios

A Companhia ainda permanece com a sua participação no consórcio de Queimado registrada em suas demonstrações financeiras. A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado. Maiores informações são como segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	31/03/2015	31/12/2014
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	3,68	-	38.917
Usina Igarapava	14,50%	2,50	-	58.638
Usina de Funil	49,00%	4,21	-	183.446
Usina de Queimado	82,50%	4,00	212.531	212.531
Usina de Aimorés	49,00%	3,75	-	548.781
Consórcio Capim Branco Energia	21,05%	3,75	-	56.240
Depreciação acumulada			(65.156)	(310.853)
			147.375	787.700
Em curso				
Usina de Queimado	82,50%		1.694	1.645
Usina de Funil	49,00%		-	-
Usina de Aimorés	49,00%		-	-
Usina Igarapava	14,50%		-	25
Usina Porto Estrela	33,33%		-	2.274
Consórcio Capim Branco Energia	21,05%		-	2.524
			1.694	6.468
Total de Consórcios - Controladora			149.069	794.168

A participação do outro acionista, Companhia Energética de Brasília, na usina de queimado é de 17,50%.

Renovação da concessão da Usina de Jaguará

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia onde não foi analisado o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguará até o julgamento final da ação.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Dessa forma, a Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

Em 14 de maio de 2014, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia ("MME") que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto último, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará ("Jaguará"), nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97.

O julgamento foi retomado em 14 de agosto de 2014, nesta ocasião, porém, o julgamento foi adiado a pedido do Ministro Mauro Campbell Marques, que havia pedido vista dos autos na sessão de julgamento do dia 14 de maio de 2014.

O STJ retomou o julgamento no dia 27 de agosto de 2014, no entanto, a Cemig GT, que anexou documentos e memorial aos autos do processo, solicitou o adiamento do julgamento, sendo o pleito deferido pelo ministro Mauro Campbell.

No dia 10 de setembro de 2014 foi retomado o julgamento, e o Ministro Campbell, que havia pedido vista do processo, votou pela denegação da segurança pleiteada pela Companhia. Ato contínuo, o julgamento foi suspenso em virtude de um novo pedido de vista formulado pelo Ministro Benedito Gonçalves. Foi retomado o julgamento no dia 10 de dezembro de 2014, tendo o Ministro Benedito denegado da segurança. Houve novo pedido de vista feito pela Ministra Assusete Magalhães.

Dessa forma, o julgamento foi suspenso e tem um resultado parcial de dois votos favoráveis e quatro contrários ao pedido de prorrogação da Cemig GT.

Atualmente, os autos se encontram conclusos à Ministra Assusete Magalhães e o julgamento tem a previsão de ser retomado neste ano.

Por fim, ressalta-se que faltam votar ainda os Ministros Assusete Magalhães e Sérgio Kukina da 1ª Seção do STJ. Continua vigente a liminar deferida para que a Cemig GT continue a explorar o serviço de geração na UHE Jaguará, nos termos do Contrato nº 007/1997, até o julgamento final. A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta.

A Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

Renovação da concessão da Usina de São Simão

Em 03 de junho de 2014, a companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da usina de São Simão uma vez que entende que o respectivo contrato de concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da Aneel decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) que seja negada a renovação da Concessão da usina de São Simão por entender que a Cemig não realizou o pedido de prorrogação dentro do prazo estabelecido pela Lei nº 12.783/13.

Por meio de Despacho MME, s/nº, de 28 de agosto de 2014, publicado em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão, baseado no Parecer nº 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolou Recurso Hierárquico perante o MME, com pedido de reconsideração, requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos.

Em 16 de setembro de 2014, o MME, por meio do Ofício nº 239/2014, solicitou manifestação da Cemig GT quanto ao interesse de permanecer responsável pela prestação do serviço público de geração de energia elétrica da UHE São Simão. Em resposta (Carta DPR-0558A/2014), a concessionária ressaltou que se reserva no direito de pronunciar sobre a manutenção da mencionada usina após o julgamento definitivo no âmbito administrativo (Recurso Hierárquico) e judicial (referente à UHE Jaguará, mesma situação jurídica e fática).

Em 04 de novembro de 2014, a Cemig GT recebeu novo Ofício nº 332/2014, para manifestar o interesse em permanecer responsável pela prestação do serviço, ressaltando que a não manifestação explícita seria entendida como uma negativa à solicitação do MME. Em resposta a esse Ofício, a Companhia reiterou, em 17 de novembro de 2014, o disposto na Carta DPR-0558A/2014.

O Recurso Hierárquico ainda se encontra pendente de apreciação pelo MME e pela Presidente da República.

Em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou Mandado de Segurança, perante o STJ, com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão com base na Cláusula 4ª do Contrato nº 007/1997.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permaneça no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança nº 20.432/DF (referente à UHE Jaguará), ou, até reexame do pleito ora deferido.

14. INTANGÍVEL

a) Composição de saldo em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Consolidado	31/03/2015			31/12/2014		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	14.520	(1.338)	13.182	13.819	(1.957)	11.862
Concessão Onerosa	19.169	(8.806)	10.363	39.868	(16.125)	23.743
Ativos de Concessão	8.634.676	(6.548.185)	2.086.491	8.707.590	(6.484.556)	2.223.034
Outros	67.005	(50.050)	16.955	66.144	(48.799)	17.345
	<u>8.735.370</u>	<u>(6.608.379)</u>	<u>2.126.991</u>	<u>8.827.421</u>	<u>(6.551.437)</u>	<u>2.275.984</u>
Em Curso	1.105.905	-	1.105.905	1.103.312	-	1.103.312
Intangível Líquido	<u>9.841.275</u>	<u>(6.608.379)</u>	<u>3.232.896</u>	<u>9.930.733</u>	<u>(6.551.437)</u>	<u>3.379.296</u>

Controladora	Taxa Média de Amortização	31/03/2015			31/12/2014		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	20%	3.789	(3.378)	411	3.789	(3.311)	478
Marcas e Patentes	10%	9	(5)	4	9	(5)	4
		<u>3.798</u>	<u>(3.383)</u>	<u>415</u>	<u>3.798</u>	<u>(3.316)</u>	<u>482</u>
Em Curso		618	-	618	614	-	614
Intangível Líquido		<u>4.416</u>	<u>(3.383)</u>	<u>1.033</u>	<u>4.412</u>	<u>(3.316)</u>	<u>1.096</u>

b) Movimentação do Ativo Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2014	Adição	Aporte na Empresa Aliança Geração de Energia	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/03/2015
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Servidão	11.862	-	(1.202)	-	(205)	2.727	13.182
Concessão Onerosa	23.743	-	(3.820)	(8.697)	(863)	-	10.363
Ativos de Concessão	2.223.034	-	-	(710)	(156.689)	20.856	2.086.491
Outros	17.345	59	-	-	(1.485)	1.036	16.955
	<u>2.275.984</u>	<u>59</u>	<u>(5.022)</u>	<u>(9.407)</u>	<u>(159.242)</u>	<u>24.619</u>	<u>2.126.991</u>
Em Curso	1.103.312	214.032	-	(1.366)	-	(210.073)	1.105.905
Intangível Líquido - Consolidado	<u>3.379.296</u>	<u>214.091</u>	<u>(5.022)</u>	<u>(10.773)</u>	<u>(159.242)</u>	<u>(185.454)</u>	<u>3.232.896</u>

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, a Companhia transferiu no 1º trimestre de 2015 os ativos e passivos referentes às suas participações nos consórcios de geração de energia elétrica para a Aliança Geração de Energia, incluindo os saldos de concessões onerosas, no valor de R\$440.502.

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrada no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Energia de curto prazo - CCEE	136.866	329.535
Encargos de uso da rede elétrica	90.583	87.702
Energia elétrica comprada para revenda	698.034	595.546
Itaipu binacional	260.639	148.864
Gás comprado para revenda	73.340	151.394
Materiais e serviços	228.939	290.675
	1.488.401	1.603.716

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulante Pasep/Cofins referem-se ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS, na base de cálculo dessas contribuições, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento para os fatos geradores ocorridos até julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Circulante				
ICMS	416.632	365.187	18.091	18.091
COFINS	81.682	96.186	1	30.856
PASEP	18.405	21.231	-	6.699
INSS	19.979	21.158	1.654	1.651
Outros	38.950	50.946	544	678
	575.648	554.708	20.290	57.975
Não Circulante				
COFINS	591.983	594.093	-	-
PASEP	128.521	128.980	-	-
Outros	82	103	-	-
	720.586	723.176	-	-
	1.296.234	1.277.884	20.290	57.975

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Circulante		
Imposto de Renda	21.382	38.981
Contribuição Social	16.326	3.575
	37.708	42.556

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				31/03/2015			31/12/2014
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	2.806	28.398	31.204	24.555
KFW	2016	4,50	EURO	2.325	2.273	4.598	4.257
KFW	2024	1,78	EURO	643	10.647	11.290	10.525
Dívida em Moeda Estrangeira				5.774	41.318	47.092	39.337
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	86.571	132.457	219.028	212.230
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	169.339	294.900	464.239	450.569
Banco do Brasil S.A.	2016	104,10% do CDI	R\$	585.684	360.000	945.684	918.830
Banco do Brasil S.A.	2015	98,50% do CDI	R\$	211.807	-	211.807	205.633
Banco do Brasil S.A.	2015	99,50% do CDI	R\$	-	-	-	237.666
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25% do CDI	R\$	(1.200)	727.928	726.728	706.062
Nota Promissória - 5ª Emissão (2)	2015	106,85 do CDI	R\$	1.528.520	-	1.528.520	1.483.984
Nota Promissória – 7ª Emissão (3)	2015	105,00 do CDI	R\$	1.349.864	-	1.349.864	1.311.205
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.903	78.851	86.754	88.668
BNDES	2026	TJLP+2,48	R\$	2.290	10.680	12.970	13.504
CEF	2018	119% DO CDI	R\$	17.453	183.333	200.786	-
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	60.237	171.476	231.713	252.189
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	5.143	2.082	7.225	7.095
FINEP	2018	TJLP + 5 e TJLP + 2,5	R\$	3.174	7.837	11.011	12.095
Consórcio Pipoca	2015	IPCA	R\$	185	-	185	185
		TJLP+3,32/ TJLP +2,62/					
BNDES – Cemig Telecom (4)	2018	TJLP +172	R\$	7.931	14.392	22.323	24.294
Nota Promissória-1ª Emissão (4)	2015	110,40% do CDI	R\$	20.528	-	20.528	19.824
Dívida em Moeda Nacional				4.055.429	1.983.936	6.039.365	5.944.033
Total de Empréstimos e Financiamento				4.061.203	2.025.254	6.086.457	5.983.370
Debêntures – 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	219.669	411.993	631.662	597.845
Debêntures – 1ª série – 3ª Emissão (2)	2017	CDI + 0,90	R\$	6.958	479.957	486.915	528.865
Debêntures - 2ª série – 2ª Emissão (2)	2015	IPCA + 7,68	R\$	-	-	-	554.158
Debêntures - 3ª série – 3ª Emissão (2)	2022	IPCA + 6,20	R\$	5.662	819.836	825.498	833.042
Debêntures - 2ª série – 3ª Emissão (2)	2019	IPCA + 6,00	R\$	1.632	244.745	246.377	248.272
Debêntures - 2ª Série - 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70	R\$	6.642	1.261.700	1.268.342	1.266.168
Debêntures - 3ª Série - 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10	R\$	4.359	752.690	757.049	757.938
Debêntures - 1ª Série - 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	5.962	410.497	416.459	451.904
Debêntures - 2ª série – 4ª Emissão (2)	2016	CDI+085	R\$	16.292	500.000	516.292	501.172
Debêntures - 1ª Série - 5ª Emissão (2)	2018	CDI+1,70	R\$	51.710	1.400.000	1.451.710	1.406.336
Debêntures (5)	2016	TJLP+3,12	R\$	77.865	-	77.865	89.771
Debêntures (5)	2015	CDI+0,62	R\$	100.547	-	100.547	100.028
Debêntures (5)	2018	CDI+0,74	R\$	33.383	66.667	100.050	99.663
		TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82(25%)					
Debêntures (5)	2022		R\$	13.230	77.372	90.602	90.206
Total de Debêntures				543.911	6.425.457	6.969.368	7.525.368
Total Geral Consolidado				4.605.114	8.450.711	13.055.825	13.508.738

(1) Saldo Líquido da Dívida Reestruturada composta pelos Bônus ao Par e de Desconto com saldo de 145.966 , deduzidos pelas Cauções dadas em garantias com saldo de (114.762).

(2) Cemig Geração e Transmissão;

(3) Cemig Distribuição;

(4) Cemig Telecom;

(5) Gasmig;

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de março de 2015, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
Nota Promissória, Aval e Fiança	11.061.734
Recebíveis	1.338.307
Sem Garantia	655.784
TOTAL	13.055.825

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	2.806	-	-	-	-	-	-	28.398	31.204
Euro	2.968	3.456	1.183	1.183	1.183	1.183	1.183	3.549	15.888
Total por Moedas	5.774	3.456	1.183	1.183	1.183	1.183	1.183	31.947	47.092
Indexadores									
IPCA (1)	238.253	205.504	205.554	121.928	538.784	687.003	699.868	1.032.218	3.729.112
UFIR/RGR (2)	47.109	49.943	40.179	35.362	23.563	20.686	5.685	9.186	231.713
CDI (3)	4.261.570	1.798.133	1.526.966	1.152.488	-	-	-	-	8.739.157
URTJ/TJLP (4)	53.430	74.610	33.761	25.781	22.775	22.775	20.526	47.868	301.526
IGP-DI (6)	2.670	1.456	728	235	-	-	-	-	5.089
TR (7)	1.652	-	388	96	-	-	-	-	2.136
Total por Indexadores	4.604.684	2.129.646	1.807.576	1.335.890	585.122	730.464	726.079	1.089.272	13.008.733
Total Geral	4.610.458	2.133.102	1.808.759	1.337.073	586.305	731.647	727.262	1.121.219	13.055.825

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
 (5) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M);
 (6) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);
 (7) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	31/03/2015 (%)	31/03/2014 (%)	Indexador	31/03/2015 (%)	31/03/2014 (%)
Dólar Norte-Americano	20,77	(3,40)	IPCA	3,83	2,18
Euro	6,78	3,38	FINEL	0,40	0,51
			CDI	2,81	2,40

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.508.738
Financiamentos Obtidos Líquidos dos Custos de Captação	200.000
Variação monetária e cambial	141.104
Encargos financeiros provisionados	328.820
Encargos financeiros pagos	(365.864)
Amortização de financiamentos	(756.973)
Saldo em 31 de março de 2015	13.055.825

Encargos Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	31/03/2015	31/03/2014
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	328.820	189.435
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(33.511)	(18.698)
Efeito Líquido no Resultado	295.309	170.737

O valor do encargo capitalizado no montante de R\$33.511 foi excluído na Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representar saída de caixa para aquisição do referido ativo.

A taxa média de capitalização dos empréstimos e financiamentos cujos custos foram transferidos para as obras foi de 3,74% no trimestre.

Captações de Recursos

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2015 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Debêntures – 4ª Emissão (GT)	2018	119% DO CDI	200.000
Total de Captações			200.000

Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, e possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Vencimento	31/03/2015	31/12/2014
CEMIG GT 2ª Série – 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,68	2015	-	554.158
CEMIG GT 1ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	CDI + 0,90	2017	486.915	528.865
CEMIG GT 3ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	IPCA + 6,20	2022	825.498	833.042
CEMIG GT 2ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	IPCA + 6,00	2019	246.377	248.272
CEMIG GT 4ª Emissão	Quirografária	CDI + 0,85	2016	516.292	501.172
CEMIG GT 5ª Emissão	Quirografária	CDI*1,70	2018	1.451.710	1.406.336
CEMIG D - 1ª Série 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	2018	416.459	451.904
CEMIG D - 2ª Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	2021	1.268.342	1.266.168
CEMIG D - 3ª Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	2025	757.049	757.938
CEMIG D 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	2017	631.662	597.845
GASMIG	Quirografária	TJLP+3,12	2016	77.865	89.771
GASMIG	Quirografária	CDI+0,62	2015	100.547	100.028
GASMIG	Quirografária	CDI+0,74	2018	100.050	99.663
GASMIG	Quirografária	TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82(25%)	2022	90.603	90.206
TOTAL				6.969.369	7.525.368

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos de Financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atrelada a índices financeiros, apurados anualmente em balanço auditado por empresa de auditoria independente, registrada na Comissão de valores Mobiliários (CVM) conforme segue:

Descrição das Cláusulas Restritivas	Índices Requeridos
Patrimônio Líquido da Garantidora/Ativo Total da Garantidora (1)	Maior ou igual a 30,00%
Patrimônio Líquido/Ativo Total da Garantidora (Cia Energética de Minas Gerais) (2)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%
Dívida Líquida / EBITDA (2)	Menor ou igual a 4 vezes

(1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a controlada Cemig GT terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

(2) Caso não consiga atingir os índices requeridos, a Companhia deverá providenciar, em até 30 dias contados da data de comunicação por escrito do BNDES sobre o não atingimento de algum dos índices constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Reserva Global de Reversão - RGR	48.522	47.628
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	239.256	20.660
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.173	3.155
Eficiência Energética	140.100	138.449
Pesquisa e Desenvolvimento	109.437	98.789
Pesquisa Expansão Sistema Energético	5.052	4.250
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	9.834	8.229
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	4.187	4.118
Encargo de Capacidade Emergencial	30.997	31.010
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	12.420	-
	604.185	357.495
Passivo Circulante	449.373	105.558
Passivo Não Circulante	154.812	251.937

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	39.335	63.185	1.986	38.577	143.083
Despesa reconhecida no resultado	1.860	1.961	62	1.173	5.056
Contribuições Pagas	(1.378)	(1.026)	(31)	(187)	(2.622)
Passivo Líquido em 31 de março de 2015	39.817	64.120	2.017	39.563	145.517
Passivo Circulante					8.449
Passivo Não Circulante					137.068

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	799.487	1.120.185	31.946	680.034	2.631.652
Despesa reconhecida no resultado	37.813	35.507	1.017	21.086	95.423
Contribuições Pagas	(28.019)	(17.693)	(532)	(3.020)	(49.264)
Passivo Líquido em 31 de março de 2015	809.281	1.137.999	32.431	698.100	2.677.811
Passivo Circulante					156.164
Passivo Não Circulante					2.521.647

Os valores registrados, no passivo circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

20. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2015
Trabalhistas	322.525	16.148	-	(4.871)	333.802
Cíveis					
Relações de Consumo	19.215	3.897	(1.478)	(3.896)	17.738
Outras ações cíveis	24.272	8.003	-	(2.202)	30.073
	43.487	11.900	(1.478)	(6.098)	47.811
Tributárias	73.059	4.683	(9.687)	(523)	67.532
Ambientais	1.215	2	(1.164)	-	53
Regulatórias	35.385	2.916	-	(153)	38.148
Societárias	239.445	6.510	-	-	245.955
Outras	39.859	125	(11.894)	(61)	28.029
Total	754.975	42.284	(24.223)	(11.706)	761.330

	Controladora				
	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2015
Trabalhistas	31.688	1.696	-	(1.386)	31.998
Cíveis					
Relações de Consumo	3.250	10	(719)	(9)	2.532
Outras ações cíveis	171	488	-	(215)	444
	3.421	498	(719)	(224)	2.976
Tributárias	9.828	1.192	(2.654)	(514)	7.852
Ambientais	313	-	(313)	-	-
Regulatórias	23.065	1.729	-	-	24.794
Societárias	239.445	6.510	-	-	245.955
Outras	1.007	49	-	(3)	1.053
Total	308.767	11.674	(3.686)	(2.127)	314.628

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$858.006 (R\$793.611 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$333.802 foram provisionados (R\$322.525 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Dentre as questões descritas acima, a Companhia é parte em dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos seus empregados, que visa o estabelecimento de normas e condições de trabalho para reger os contratos de trabalho no período de 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013, cuja pauta de reivindicações trazia diversos assuntos, dentre eles a recomposição de perdas salariais, aumento real, piso salarial e reajuste das cláusulas econômicas. O valor envolvido nesta ação é de, aproximadamente, R\$129.982 (R\$127.411 em 31 de dezembro de 2014), que está devidamente registrado, tendo em vista a atual fase processual.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas à indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$30.835 (R\$30.241 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$17.738 (R\$19.215 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$168.774 (R\$174.621 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$30.073 (R\$24.272 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$238.812 (R\$266.157 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$67.532 foram provisionados (R\$73.059 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$28.165 (R\$20.416 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$53 foram provisionados (R\$1.215 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$160.146 (R\$154.312 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$38.148 (R\$35.385 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Societárias

Diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais

Em 19 de dezembro de 2014, a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais encaminhou Ofício à Cemig solicitando o recálculo dos valores relativos ao AFAC realizado em 1995, 1996 e 1998, devolvidos ao Estado de Minas Gerais em dezembro de 2011, para que o critério utilizado para a correção monetária fosse revisto pela Companhia, argumentando que a aplicação da taxa Selic seria a mais adequada, em substituição ao IGP-M.

Em 29 de dezembro de 2014, a Companhia realizou um depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Estado, bem como a não inscrição do débito em dívida ativa e no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN).

Baseada na opinião de nossos assessores jurídicos, a probabilidade de perda foi avaliada como provável e o valor, aproximado, é de R\$245.955 (R\$239.445 em 31 de dezembro de 2014).

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$19.977 (R\$23.745 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$113.077 (R\$99.474 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$8.052 foram provisionados (R\$16.114 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$244.655 (R\$239.230 em 31 de dezembro de 2014).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.252.024 (R\$1.220.930 em 31 de dezembro de 2014), e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$656.599 (R\$654.926 em 31 de dezembro de 2014) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível pela Companhia por acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Em função do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado de R\$443.241 (R\$432.260 em 31 de dezembro de 2014), classificada com probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e de premissas equivocadas utilizadas pela fiscalização no julgamento administrativo.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre rendimentos pagos em razão de ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, de 100,00% das participações detidas pela Enlighted na Luce LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$173.254 (R\$169.620 em 31 de dezembro de 2014), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$208.209 (203.010 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão e por ter apresentado teses com fundamentos consistentes.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia não constituiu provisão para esta contingência, estimada em R\$1.527.270 (R\$1.457.337 em 31 de dezembro de 2014), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$204.864 (R\$195.470 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira, a partir de abril de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$134.433 (R\$126.893 em 31 de dezembro de 2014). Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como “possível”.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização inédita em relação à aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O montante desta contingência é de R\$60.645 (R\$59.081 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$198.538 (R\$189.671 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$242.738 (R\$233.812 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R\$269.621 (R\$253.706 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial, associado ao fato da parte contrária não ter demonstrado elementos que comprovassem os seus argumentos, o que ensejará prova pericial para corroborar tais argumentos.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Itutinga, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras, Peti e Salto Grande, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída e o valor da contingência é de R\$81.664 (R\$76.844 em 31 de dezembro de 2014).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$33.408 (R\$23.864 em 31 de dezembro de 2014).

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$338.318 (R\$327.530 em 31 de dezembro de 2014) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Quebra de Contrato

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R\$194.013 (R\$183.257 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$26.882 (R\$25.311 em 31 de dezembro de 2014).

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado, em 31 de março de 2015, é de R\$39.935 (R\$39.325 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de março de 2015, o Capital Social da Companhia é de R\$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00, assim distribuídas:

Lucro por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação, considerando a emissão das novas ações é como segue:

Quantidade de ações	31/03/2015	31/12/2014
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708
Ações preferenciais	838.076.946	838.076.946
	1.258.841.654	1.258.841.654
Ações em Tesouraria	(560.718)	(560.718)
Total	1.258.280.936	1.258.280.936

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

Adiantamento para futuro aumento de Capital (AFAC) da Cemig D

No dia 11 de março de 2015 o Conselho de Administração da Cemig deliberou autorizar a transferência à Cemig D, de R\$100.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), bem como encaminhar a proposta à Assembleia Geral Extraordinária, para que a declaração do voto do representante da Cemig na AGE da Cemig D seja favorável à aprovação do aumento do capital social da Cemig D e para que seja feita a alteração do Estatuto Social desta companhia para refletir o aludido aumento de capital.

O capital da Cemig D passará de R\$2.261.998 para R\$2.361.998, através da emissão de 97.115.665 novas ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,0297 cada, a serem subscritas e integralizadas pela CEMIG através do AFAC.

O preço de emissão foi fixado pelo valor do patrimônio líquido da ação. A quantidade total de ações passará de 2.261.997.787 para 2.359.113.452 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Aumento do Capital Social da Cemig GT

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2015, foi aprovado o aumento do Capital Social da Companhia de R\$1.700.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, para R\$1.837.710, sem emissão de novas ações, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais. Este aumento decorre da aprovação da incorporação da Cemig Capim Branco pela Cemig GT.

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados	(14.223)	(14.223)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados	760.008	779.739
Ajustes de Conversão de Balanço	40.249	26.706
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados	(324.300)	(324.300)
Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	291	410
	476.248	482.555
Ajustes de Avaliação Patrimonial	462.025	468.332

22. RECEITA

	Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	5.139.241	4.024.670
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	210.097	195.928
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	550.270	-
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão	62.798	47.161
Receita de Construção de Transmissão (d)	30.933	13.549
Receita de Construção de Distribuição (d)	202.640	135.521
Transações com energia na CCEE (e)	1.010.932	1.326.907
Fornecimento de Gás	425.503	-
Outras Receitas Operacionais (f)	309.286	299.284
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (g)	(2.092.421)	(1.333.011)
Receita Operacional Líquida	5.849.279	4.710.009

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado
Residencial	2.563.143	2.567.781	1.546.762	1.217.140
Industrial	5.816.894	6.110.066	1.285.151	1.108.566
Comércio, Serviços e Outros	1.696.604	1.662.481	846.832	654.088
Rural	794.723	743.703	254.149	185.818
Poder Público	217.588	220.672	105.804	84.299
Iluminação Pública	331.051	329.739	100.151	80.652
Serviço Público	316.384	319.227	108.826	84.174
Subtotal	11.736.387	11.953.669	4.247.675	3.414.737
Consumo Próprio	9.819	9.769		-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	44.055	64.084
	11.746.206	11.963.438	4.291.730	3.478.821
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	4.035.551	3.863.170	847.299	545.849
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	212	-
Total	15.781.757	15.826.608	5.139.241	4.024.670

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

As receitas decorrentes das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros passaram a ser reconhecidas a partir dos aditamentos dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, realizados em 10 de dezembro de 2014. Os montantes reconhecidos decorrem de saldos constituídos no último reajuste tarifário e ainda não amortizados, bem como das constituições realizadas no período corrente a serem homologadas no próximo reajuste tarifário. Mais informações na nota explicativa nº 11.

d) Receita de Construção

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Em determinados projetos, inclui adicionalmente a margem de lucro envolvida na operação.

e) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

f) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014
Serviço Taxado	4.127	1.770
Serviço de Telecomunicações	34.304	32.288
Prestações de Serviços	29.831	27.960
Subvenções (*)	195.158	184.541
Aluguel e Arrendamento	21.044	19.517
Outras	24.822	33.208
	309.286	299.284

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

g) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	948.717	730.636
COFINS	534.063	372.002
PIS-PASEP	115.854	80.745
Outros	1.467	1.308
	1.600.101	1.184.691
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	8.575	11.099
Programa de Eficiência Energética – PEE	14.384	8.958
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	298.139	42.132
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	15.468	13.513
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	15.437	13.379
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	7.764	6.744
Encargos do Consumidor - PROINFA	6.328	7.387
Adicional 0,30% Lei 12.111/09 (Recuperação de despesas) (1)	-	(5.655)
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	9.478	9.628
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	29.625	41.135
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	87.122	-
	492.320	148.320
	2.092.421	1.333.011

(1) Ressarcimento reconhecido pela Companhia no primeiro trimestre de 2014, conforme Ofício 782/2013 autorizado pela ANEEL, em função de recolhimento excedente.

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado	31/03/2015	31/03/2014
Pessoal (a)	336.438	294.781	13.187	12.418
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	80.973	57.807	4.250	4.849
Obrigações Pós-Emprego	57.609	52.979	3.196	2.767
Materiais	13.882	15.073	90	27
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	77.518	37.490	-	-
Serviços de Terceiros (b)	198.829	189.440	1.842	2.240
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.421.404	1.628.716	-	-
Depreciação e Amortização	247.121	182.033	116	123
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	43.164	4.783	7.988	(10.985)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	241.389	169.542	-	-
Gás Comprado para Revenda	262.008	-	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	233.573	149.070	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	128.221	116.519	3.945	7.752
	4.342.129	2.898.233	34.614	19.191

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Remunerações e Encargos	295.637	260.790	14.060	16.255
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	19.006	17.546	1.044	1.192
Benefícios Assistenciais	34.635	33.638	655	890
	<u>349.278</u>	<u>311.974</u>	<u>15.759</u>	<u>18.337</u>
Provisão de Programa de Desligamento Voluntário de Empregados	1.414	68	(23)	-
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(14.254)	(17.261)	(2.549)	(5.919)
	<u>(12.840)</u>	<u>(17.193)</u>	<u>(2.572)</u>	<u>(5.919)</u>
	<u>336.438</u>	<u>294.781</u>	<u>13.187</u>	<u>12.418</u>

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado	31/03/2015	31/03/2014
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	29.440	28.944	-	-
Comunicação	10.731	14.378	81	176
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	58.390	55.608	23	20
Conservação e Limpeza de Prédios	21.334	20.793	56	33
Mão de Obra Contratada	856	2.500	4	-
Fretes e Passagens	1.880	1.982	282	500
Hospedagem e Alimentação	4.191	3.664	48	68
Vigilância	6.370	4.994	-	-
Consultoria	2.680	6.913	327	431
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	3.388	3.076	16	1
Manutenção e Conservação de Veículos	2.638	2.753	4	20
Corte e Religação	7.683	2.609	-	-
Meio Ambiente	7.310	5.892	-	-
Serviços Advocatícios	6.654	7.338	674	574
Custas Processuais	374	539	12	10
Poda de Árvores	4.948	3.933	-	-
Limpeza de Faixa	5.525	6.461	-	-
Reprografia e Publicações Legais	2.972	1.057	51	18
Inspeção de Unidades Consumidoras	992	1.046	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	1.177	1.361	-	-
Manutenção de Aeronaves	46	152	-	-
Outras Despesas	19.250	13.447	264	389
	<u>198.829</u>	<u>189.440</u>	<u>1.842</u>	<u>2.240</u>

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014
Energia de Itaipu Binacional	369.670	204.640
Contratos por Cotas de Garantia Física	57.550	54.224
Cotas das Usinas de Angra I e II	48.958	44.407
Energia de curto prazo	276.389	375.012
PROINFA	61.505	65.804
Contratos Bilaterais	82.586	80.069
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	1.117.664	578.921
Energia adquirida no Ambiente Livre	628.571	374.871
Créditos de PASEP-COFINS	(221.489)	(149.232)
	2.421.404	1.628.716

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	27.104	27.308		-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	16.148	(9.016)	1.696	(6.218)
Cíveis	10.422	3.677	(221)	(686)
Tributárias	(6.754)	7.520	(1.461)	584
Ambientais	(1.162)	(819)	(313)	10
Regulatórias	2.916	(24.123)	1.729	(4.704)
Outras	(5.510)	236	6.558	29
	43.164	4.783	7.988	(10.985)

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014
Pessoal e Administradores	10.835	10.560
Materiais	112.818	50.173
Serviços de Terceiros	81.441	72.015
Outros	28.479	16.322
	233.573	149.070

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado	31/03/2015	31/03/2014
Arrendamentos e Aluguéis	27.858	27.372	58	184
Propaganda e Publicidade	1.426	1.570	2	852
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.870	3.923	-	-
Subvenções e Doações	3.399	2.983	-	-
Concessão Onerosa	4.217	5.257	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	27.040	26.928	201	88
Seguros	2.316	2.434	943	709
Anuidade CCEE	2.071	1.744	1	1
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	18.106	27.406	-	32
FORLUZ – Custeio Administrativo	5.520	5.570	271	274
Apoio e Patrocínios	260	1.262	-	20
Direito de Propriedade ou de Uso	1.158	1.223	-	-
Indenizações Processuais	2	1.185	-	-
Outras Despesas	30.978	7.662	2.469	5.592
	128.221	116.519	3.945	7.752

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	38.997	72.060	2.977	11.149
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	46.511	44.179	-	-
Variações Cambiais	19.535	4.700	14	-
Variação Monetária	4.566	8.055	1.260	387
Variação Monetária - CVA	73.974	-	-	-
Atualização Ativo Financeiro	91.553	112.593	-	-
Multas Contratuais	3.376	-	-	-
Ajuste ao Valor Presente	1.161	4.977	-	-
Outras	10.629	6.359	1.703	1.634
	290.302	252.923	5.954	13.170
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(292.513)	(170.737)	-	-
Variações Cambiais	(61.546)	(3.534)	-	(8)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(135.217)	(116.221)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(5.989)	(11.797)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(37.814)	(29.384)	(1.860)	(1.446)
Outras	(30.673)	(18.789)	(122)	(361)
	(563.752)	(350.462)	(1.982)	(1.815)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(273.450)	(97.539)	3.972	11.355

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	24.668	2.577	-	-	29.035	22.383	-	-
Financiamentos – BDMG	-	-	1.233	1.187	-	-	(183)	(159)
Debêntures (2)	-	-	-	-	-	-	-	(1.774)
Não Circulante								
Financiamentos – BDMG	-	-	7.942	12.610	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Alliança Geração								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	5.850	-	-	-	(5.850)	-
Amazônia Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	774	783	-	-	(1.666)	(1.339)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	469	489	-	-	(977)	(1.528)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	3.897	20.183	-	-	-	-	-	-
Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.993	1.993	-	-	-	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	654	230	152	153	4.868	3.134	-	(1.853)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	41.028	41.099	-	-	-	-	-	-
Light Ger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	-	-	-	-	(3.033)	(2.827)
Madeira Energia								
Operações com Energia Elétrica (3)	7.467	-	1.387	2.220	-	-	(20.905)	-
Pipoca								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.272	-	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	4.185	4.126	-	-	(9.797)	(7.221)
Transirapé								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	188	160	-	-	(475)	(379)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	678	107	-	-	-	-	-	-
Transleste								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	109	109	-	-	(176)	(142)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.626	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	67.981	64.874	-	-	(37.813)	(29.385)
Despesa com pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(19.006)	(17.546)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(5.519)	(5.569)
Arrendamento Operacional (7)	-	-	1.522	1.434	-	-	(4.389)	(4.212)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (4)	-	-	741.300	734.614	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	75.709	74.497	-	-	(36.524)	(33.808)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	1.094.721	1.077.634	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (2) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. Em 30 de dezembro de 2014, a Cemig Geração e Transmissão, realizou a aquisição facultativa da totalidade das debêntures subscritas pelo Estado de Minas Gerais, emitidas para a construção e implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Irapé.
- (3) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (4) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (vide Nota Explicativa nº 19) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (5) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 23) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (7) Aluguel do edifício sede;
- (8) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 19).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 6, 15 e 22.

Adiantamento de entrega futura de energia elétrica à Santo Antônio Energia S.A. (SAESA)

A Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT) realizou, em 06 de fevereiro de 2015, adiantamento de entrega futura de energia elétrica no montante de R\$74.667, conforme condição prevista na Cláusula 20ª do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Cemig GT e SAESA em 19 de março de 2009. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 130% do CDI e será compensado com os faturamentos que serão realizados pela SAESA em função do suprimento de energia.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas Informações Contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	31/03/2015	Vencimento
Light / Norte Energia S.A.	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Norte Energia S.A.	Coligada	Fiança	Financiamento	1.270.705	2042
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.020.369	2034
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	332.425	2037
Guanhães	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	103.997	2015
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	9.994	2023
				3.421.105	

Em 31 de março de 2015, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo – FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de março de 2015, proporcional a participação detida pelas empresas no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação do grupo Cemig no fundo de investimento, em 31 de março de 2015, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig 0,63%	Cemig GT 20,94%	Cemig D 0,10%	Demais empresas controladas 18,11% *
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2016	65	2.138	10	1.848
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	327	10.788	50	9.327
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	62	2.051	9	1.774
Cemig GT	NP	106,85% do CDI	22/06/2015	139	4.574	21	3.955
Ativas	Debêntures	CDI + 3,5%	01/07/2017	140	4.620	21	3.994
Ativas	Debêntures	CDI + 3,5%	01/07/2017	175	5.775	27	4.993
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	66	2.180	10	1.885
Brasnorte	NP	108,00% do CDI	22/06/2016	56	1.840	8	1.590
Cemig Telecom	NP	110,40% do CDI	14/12/2015	33	1.083	5	937
				1.063	35.049	161	30.303

(*) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente registrados e custeados pela controladora e estão demonstrados na tabela abaixo.

	31/03/2015	31/03/2014
Remuneração	3.759	2.219
Participação nos Resultados	715	643
Benefícios Pós Emprego	190	181
Benefícios Assistenciais	97	33
Total	4.761	3.076

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Investimentos em Infraestrutura, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Depósitos Vinculados a Litígios e Ativos Financeiros da concessão não abarcados pela Lei 12.783/13 (Medida Provisória 579) e os Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE). São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários e Opções de Venda. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura abarcados pela Medida Provisória 579. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, obrigações pós-emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 1,70%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais

entre IPCA + 6,00% a 7,96%, CDI + 0,69% a 1,70%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	31/03/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Bancos	187.598	187.598	88.767	88.767
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	429.974	429.974	798.376	798.376
Créditos com Consumidores e Revendedores	3.345.138	3.345.138	2.344.578	2.344.578
Concessionários – Transporte de Energia	207.012	207.012	253.743	253.743
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Transmissão	1.301.665	1.301.665	1.272.986	1.272.986
Reembolso Subsídios Tarifários e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	344.896	344.896	344.896	344.896
Depósitos Vinculados a Litígios	1.542.556	1.542.556	1.534.805	1.534.805
Ativo Financeiro de Distribuição - CVA e Outros Componentes Financeiros	1.243.752	1.243.752	1.106.675	1.106.675
Fundos Vinculados	20.806	20.806	1.110	1.110
	8.623.397	8.623.397	7.745.936	7.745.936
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição	6.213.849	6.213.849	5.943.682	5.943.682
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	33.580	32.294	110.629	109.621
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	423.091	423.091	900.643	900.643
Passivos financeiros:				
Valor justo por meio do resultado:				
Opções de venda	194.829	194.829	194.829	194.829
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	1.488.401	1.488.401	1.603.716	1.603.716
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13.055.825	12.690.917	13.508.738	13.240.742
Concessões a Pagar	21.241	24.280	178.537	223.220
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	809.281	809.281	799.487	799.487
	15.374.748	15.012.879	16.090.478	15.867.165

Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	31/03/2015		31/12/2014	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	9.727	31.204	9.244	24.555
Fornecedores (Itaipu Binacional)	81.247	260.639	57.433	148.864
	<u>90.974</u>	<u>291.843</u>	<u>66.677</u>	<u>173.419</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 17)	4.611	15.888	4.581	14.782
Passivo Líquido Exposto		<u>307.731</u>		<u>188.201</u>

(*) Unidade Monetária do BNDES – reflete a média ponderada das variações cambiais existentes na Cesta de Moedas do BNDES

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2016 será uma valorização de 2,30% para o dólar (R\$3,133) e uma desvalorização de 1,42% para o Euro (R\$3,397). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/03/2015	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	31.204	30.474	38.093	45.711
Fornecedores (Itaipu Binacional)	260.639	254.546	318.183	381.819
	<u>291.843</u>	<u>285.020</u>	<u>356.276</u>	<u>427.530</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	15.888	15.662	19.578	23.493
Passivo Líquido Exposto	<u>307.731</u>	<u>300.682</u>	<u>375.854</u>	<u>451.023</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial		<u>(7.049)</u>	<u>68.123</u>	<u>143.292</u>

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$59.208 (R\$48.717, em 31 de dezembro de 2014).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (Nota 4)	429.974	798.376
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	456.671	1.011.272
Fundos Vinculados	20.806	1.110
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC * (nota 11)	1.243.752	1.106.675
	<u>2.151.203</u>	<u>2.917.433</u>
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 17)	(8.739.157)	(8.633.982)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 17)	(301.526)	(318.537)
	<u>(9.040.683)</u>	<u>(8.952.519)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(6.889.480)</u>	<u>(6.035.086)</u>

(*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2016, as taxas SELIC e TJLP serão de 13,00% e 6,50%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/03/2015	31 de março de 2016		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 13,25% TJLP 6,50%	Cenário Possível SELIC 16,56% TJLP 8,13%	Cenário Remoto SELIC 19,88% TJLP 9,75%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (Nota 4)	429.974	485.871	499.845	513.819
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	456.671	516.038	530.880	545.722
Fundos Vinculados	20.806	23.511	24.187	24.863
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	1.243.752	1.405.440	1.445.862	1.486.284
	<u>2.151.203</u>	<u>2.430.860</u>	<u>2.500.774</u>	<u>2.570.688</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 17)	(8.739.157)	(9.875.247)	(10.159.270)	(10.443.293)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 17)	(301.526)	(321.125)	(326.040)	(330.925)
	<u>(9.040.683)</u>	<u>(10.196.372)</u>	<u>(10.485.310)</u>	<u>(10.774.218)</u>
Ativo (Passivo) Exposto Líquido	<u>(6.889.480)</u>	<u>(7.765.512)</u>	<u>(7.984.536)</u>	<u>(8.203.530)</u>
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		<u>(876.032)</u>	<u>(1.095.056)</u>	<u>(1.314.050)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia tem ativos indexados à inflação em montantes superiores às obrigações em 31 de março de 2015, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	31/03/2015	31/12/2014
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 11)*	5.461.275	5.369.722
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 17)	(3.729.112)	(4.257.601)
Ativo Líquido Exposto	2.182.163	1.112.121

(*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL por meio do Despacho 729 de 25/03/2014.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2016, a taxa IPCA será de 6,08%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/03/2015	31 de março de 2016		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 7,83% IGP-M 6,16%	Cenário Possível IPCA 9,79% IGP-M 7,70%	Cenário Remoto IPCA 11,75% IGP-M 9,24%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 11)	5.461.275	5.765.468	5.841.380	5.917.838
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 17)	(3.729.112)	(3.955.842)	(4.012.525)	(4.069.207)
Ativo Líquido Exposto	1.732.163	1.809.626	1.828.855	1.848.631
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		77.463	96.692	116.468

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.653.400	1.689.548	1.678.676	8.443.877	3.242.091	16.707.592
Concessões a pagar	431	1.425	2.340	8.637	13.910	26.743
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	9.579	19.229	88.755	532.037	678.186	1.327.786
	1.663.410	1.710.202	1.769.771	8.984.551	3.934.187	18.062.121
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.339.818	148.583	-	-	-	1.488.401
	3.003.228	1.858.785	1.769.771	8.984.551	3.934.187	19.550.522

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	471	946	4.367	26.176	33.367	65.327
- Pré-fixadas						
Fornecedores	5.177	-	-	-	-	5.177
	5.648	946	4.367	26.176	33.367	70.504

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída em 31 de março de 2015, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$659.300.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Holding administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

As controladas Cemig GT e CEMIG D possuem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“covenant”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento pela garantidora, CEMIG, de índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual. O não atendimento destas cláusulas, verificadas anualmente no final do exercício, obrigam a devedora a constituir garantias adicionais, sob pena de ensejar a aceleração do vencimento da dívida.

Administração de Capital

A comparação do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 31 de março de 2015 é apresentada a seguir:

	31/03/2015	31/12/2014
Total do Passivo	23.600.257	23.715.051
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(617.572)	(887.143)
(-) Fundos Vinculados	(20.806)	(1.110)
Passivo Líquido	22.961.879	22.826.798
Total do Patrimônio Líquido	12.783.003	11.284.952
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	1,80	2,02

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo

divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31/03/2015	Valor justo em 31 de março de 2015		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	50.955	-	50.955	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	28.591	28.591	-	-
Letras Financeiras - Bancos	259.168	-	259.168	-
Debêntures	75.382	-	75.382	-
Outros	8.995	-	8.995	-
	423.091	28.591	394.500	-
Fundos Vinculados	20.806	-	20.806	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	6.213.849	-	-	6.213.849
	6.657.746	28.591	415.306	6.213.849
Passivos				
Opções de venda	(194.829)	-	-	(194.829)
	6.462.917	28.591	415.306	6.019.020

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 11 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções da Light e SAAG, utilizando-se das informações mais atualizadas referentes ao plano de negócios das Companhias. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das demonstrações contábeis. Os saldos foram integralmente constituídos em 2014.

28. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2015

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	12.592.084	3.818.214	15.996.175	328.576	2.468.643	1.527.876	(348.308)	36.383.260
ADIÇÕES AO SEGMENTO	1.172.131	30.933	202.640	(9.080)	(270.722)	-	-	1.125.902
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.638.128	2.424.033	1.227.147	-	-	408.246	-	9.697.554
RECEITA LÍQUIDA	2.368.976	95.936	3.064.683	29.857	341.127	22.170	(73.470)	5.766.530
CUSTOS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(624.429)	-	(1.837.924)	-	-	(29)	40.978	(2.357.086)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(73.415)	(58)	(195.207)	-	-	-	27.291	(222.958)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(262.008)	-	-	(262.008)
Total dos Custos Operacionais	(697.844)	(58)	(2.033.131)	-	(262.008)	(29)	68.269	(2.842.052)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(50.748)	(33.328)	(228.260)	(3.677)	(5.822)	(14.603)	-	(336.438)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(10.022)	(4.704)	(61.622)	(374)	-	(4.251)	-	(80.973)
Obrigações Pós-Emprego	(8.569)	(4.070)	(41.774)	-	-	(3.196)	-	(57.609)
Materiais	(80.178)	(968)	(9.814)	(24)	(319)	(97)	-	(91.400)
Serviços de Terceiros	(29.897)	(6.380)	(156.942)	(6.451)	(1.151)	(2.566)	4.558	(198.829)
Depreciação e Amortização	(81.268)	-	(111.671)	(9.258)	(23.811)	(21.113)	-	(247.121)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais	3.479	1.652	(40.153)	(153)	-	(7.989)	-	(43.164)
Custos de Construção	-	(30.933)	(202.640)	-	-	-	-	(233.573)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(7.493)	(2.102)	(97.536)	(5.060)	(5.803)	(10.870)	643	(128.221)
Total do Custo de Operação	(264.696)	(80.833)	(950.412)	(24.997)	(36.906)	(64.685)	5.201	(1.417.328)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(962.540)	(80.891)	(2.983.543)	(24.997)	(298.914)	(64.714)	73.470	(4.259.380)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	1.406.436	15.045	81.140	4.860	42.213	(42.544)	-	1.507.150
Resultado de Equivalência Patrimonial	(35.950)	98.596	27.910	(6.679)	-	20.404	(14.189)	90.092
Resultado com Combinação de Negócios	-	-	-	-	-	(14.189)	14.189	-
Resultado com Reorganização Societária	734.530	-	-	-	-	-	-	734.530
Receitas Financeiras	24.761	6.945	242.710	648	7.587	7.651	-	290.302
Despesas Financeiras	(193.687)	(47.236)	(307.217)	(1.496)	(12.046)	(2.070)	-	(563.752)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.936.090	73.350	44.543	(2.667)	37.754	(30.748)	-	2.058.322
Imposto de Renda e Contribuição Social	(581.118)	12.022	(11.335)	(1.324)	(4.093)	12.153	-	(573.695)
RESULTADO	1.354.972	85.372	33.208	(3.991)	33.661	(18.595)	-	1.484.627
Participação dos acionistas controladores	-	-	-	-	33.516	-	-	1.484.482
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	145	-	-	145
	1.354.972	85.372	33.208	(3.991)	33.661	(18.595)	-	1.484.627

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2014								
DESCRIÇÃO	GERAÇÃO Reclassificado	TRANSMISSÃO Reclassificado	DISTRIBUIÇÃO Reclassificado	TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL Reclassificado
ATIVOS DO SEGMENTO	11.488.749	3.405.570	14.333.721	327.060	588.584	2.808.190	(1.224.287)	31.727.587
ADIÇÕES (REDUÇÕES) AO SEGMENTO	898.299	13.549	135.521	1.192	-	742.633	-	1.791.194
RECEITA LÍQUIDA	2.442.393	60.660	2.238.040	28.465	-	21.915	(81.465)	4.710.009
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA								
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(368.943)	-	(1.299.780)	-	-	-	40.007	(1.628.716)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(66.921)	(82)	(133.886)	-	-	-	31.347	(169.542)
Total dos Custos Operacionais com Energia Elétrica	(435.864)	(82)	(1.433.666)	-	-	-	71.354	(1.798.258)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(49.148)	(24.655)	(204.151)	(3.303)	-	(13.524)	-	(294.781)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(9.391)	(4.103)	(39.111)	(353)	-	(4.849)	-	(57.807)
Obrigações Pós-Emprego	(8.384)	(3.655)	(38.173)	-	-	(2.767)	-	(52.979)
Materiais	(39.706)	(941)	(11.863)	(19)	-	(34)	-	(52.563)
Serviços de Terceiros	(34.737)	(7.324)	(148.970)	(5.384)	-	(2.412)	9.387	(205.408)
Depreciação e Amortização	(68.001)	-	(104.321)	(9.586)	-	(125)	-	(182.033)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais	(2.060)	(899)	(12.806)	(3)	-	10.985	-	(4.783)
Custos de Construção	-	(13.549)	(135.521)	-	-	-	-	(149.070)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(9.189)	(3.215)	(89.630)	(5.366)	-	(9.842)	724	(100.551)
Total do Custo de Operação	(220.616)	(58.341)	(784.546)	(24.014)	-	(22.568)	10.111	(1.099.975)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(656.480)	(58.423)	(2.218.212)	(24.014)	-	(22.568)	81.465	(2.898.233)
Resultado Operacional Antes do Res. De Equiv. Patrim. e Financeiro	1.785.913	2.237	19.828	4.451	-	(653)	-	1.811.776
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.128	50.549	40.946	(6.440)	11.345	15.192	-	114.720
Receita Financeira	42.625	15.317	178.516	1.364	-	15.101	-	252.923
Despesa Financeira	(89.079)	(64.772)	(193.884)	(778)	-	(1.949)	-	(350.462)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.742.587	3.331	45.406	(1.403)	11.345	27.691	-	1.828.957
Imposto de Renda e Contribuição Social	(587.500)	16.018	(6.240)	(1.607)	-	461	-	(578.868)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.155.087	19.349	39.166	(3.010)	11.345	28.152	-	1.250.089

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de março de 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	31/03/2015	31/03/2014
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	734.530	-
Ativos aportados na aliança Geração de Energia S.A.	571.864	-
Encargos Financeiros Capitalizados	33.511	18.698
Transferências de Ativos Intangíveis para Ativos Financeiros	185.457	176.551
Receita de Construção	233.563	149.070

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Possível Alienação de Participação da Light energia na Renova Energia

Em 07 de maio de 2015, a Companhia comunicou ao mercado que a Light Energia está mantendo tratativas preliminares visando possível alienação das ações de emissão da Renova Energia de sua titularidade. Por oportuno, a Light Energia esclarece que inexistente, até o momento, qualquer acordo definitivo sobre os termos e condições desta potencial operação nem qualquer compromisso que vincule a Light Energia à realização da operação.

Celebração de Acordo de Contribuição de Valores Mobiliários e Memorando de Entendimentos pela Renova Energia

Em 07 de maio de 2015, foi celebrado o Acordo de Contribuição de Valores Mobiliários entre a Renova Energia, a SE Emerging Markets Yield, Inc. (TerraForm Global) e a SunEdison Inc. (SunEdison) por meio do qual a Renova Energia se compromete a contribuir determinados ativos operacionais na TerraForm Global. O Acordo, sujeito a certas condições precedentes, incluindo a realização do IPO da TerraForm Global, a obtenção de consentimento de terceiros e aprovações regulatórias, incluindo CADE, Aneel e Eletrobrás, prevê que a Renova Energia irá contribuir os ativos relativos aos projetos da Espra, Salvador e Bahia, com 336,2 MW de capacidade instalada, ao valor de R\$1.613.000, sujeitos aos ajustes contemplados no Acordo, sendo que a Renova Energia terá o direito de optar, a seu exclusivo critério, se referido valor será recebido em dinheiro ou em ações da Terraform Global.

Também nesta data, foi celebrado um memorando de entendimentos entre a Renova Energia, a TerraForm Global e a SunEdison por meio do qual a Renova Energia terá um prazo para avaliar e negociar a contribuição de outros ativos operacionais e não-operacionais e projetos para desenvolvimento futuro, bem como direitos e obrigações que a Renova Energia julgar apropriado para governar o potencial relacionamento de longo prazo entre a Renova Energia, a TerraForm Global e a SunEdison.

Concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara I

Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara, formado pela controlada Itaocara Energia e pela Cemig GT, com participações de 51% e 49%, respectivamente, sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela ANEEL, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara I, com capacidade instalada de 150,0 MW. O empreendimento será construído no Rio Paraíba do Sul e tem previsão de entrar em operação no segundo trimestre de 2018. O investimento total é de aproximadamente R\$1.000.000, com energia vendida por 30 anos, no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), ao preço de R\$154,99/MWh (data base abril de 2015).

Aprovação de Aumento de Capital da Cemig D

Em 30 de abril de 2015 a Assembléia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social da Cemig D no valor de R\$100.000. O capital social que era de R\$2.261.998 passou para R\$2.361.998, através da emissão de 97.115.665 novas ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,0297 cada. A quantidade total de ações passou de 2.261.997.787 para 2.359.113.452.

Emissão de Notas Promissórias

Em 01 de abril de 2015, a Companhia concluiu a sua 8ª emissão de notas promissórias comerciais, por meio da qual foram emitidas 340 (trezentas e quarenta) notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 5.000, totalizando R\$ 1.700.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados ao pagamentos de dívidas e compra de energia elétrica. As notas promissórias têm prazo de 360 dias, com vencimento em 26 de março de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 111,70% da taxa média dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, que serão pagos na data de vencimento. A 8ª emissão de notas promissórias da Cemig D conta com o aval da sua controladora, a Cemig.

Reajuste anual ordinário das tarifas da Cemig D

Em 07 de abril de 2015, a ANEEL definiu o Reajuste Tarifário Anual a ser aplicado nas tarifas da Cemig D, resultando num índice médio de 7,07% para o reajuste das tarifas de energia elétrica, que passa a vigorar a partir de 08 de abril de 2015, até abril de 2016.

O aumento para o consumidor residencial comum é de 5,93%. Para os consumidores industriais e o setor de serviços, atendidos em média e alta tensão de energia, o aumento médio a ser percebido será de 8,12%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o reajuste médio será de 6,56%.

Destinação de dividendos referentes ao resultado de 2014 em percentual inferior ao mínimo obrigatório

O Estatuto Social da Cemig estabelece no seu Artigo 28, parágrafo único, alínea b, que 50% do lucro líquido do exercício será distribuído como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, observadas as demais disposições do Estatuto e a legislação aplicável.

Entretanto, na Assembleia Geral de Acionistas (Assembleia) ocorrida em 30 de abril de 2015, foi aprovada proposta do Conselho de Administração da Companhia que, do lucro líquido do exercício de 2014, no montante de R\$3.136.639 mil, sejam destinados R\$797.317 mil para pagamento de dividendos, correspondentes a 25% do lucro do exercício.

Na proposta do Conselho de Administração, foi informado à Assembleia que o pagamento dos dividendos previstos no Estatuto Social, de 50% do lucro do exercício, não seria compatíveis com a atual situação financeira da Companhia, em função, principalmente, do baixo nível dos reservatórios de energia elétrica, o que pode ocasionar uma redução significativa na energia disponível para venda pelas usinas hidrelétricas da Companhia, com efeitos sobre as receitas e o caixa.

Adicionalmente foi informado à Assembleia ser esperado um menor crescimento da atividade econômica para 2015, sendo que também em função dos expressivos reajustes tarifários no 1º trimestre de 2015, não ser possível ainda mensurar os efeitos em relação aos níveis de inadimplência.

Esses fatores, de forma isolada ou combinada, podem impactar o caixa da Companhia em função do aumento das despesas ou redução de receitas. As situações apresentadas também podem comprometer a liquidez, aumentar o custo de captação de recursos e o nível de endividamento.

Dessa forma, a Administração comunicou na sua proposta entender ser mais prudente, neste momento, a não destinação de parcela do dividendo obrigatório previsto para pagamento no exercício de 2015, até que possa ser feita uma melhor análise do cenário macroeconômico e para o setor elétrico neste ano e os seus impactos no fluxo de caixa da Companhia.

Os valores que deixaram de ser distribuídos como dividendos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício de 2014, no montante de R\$797.316 mil, serão mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Dividendos obrigatórios não distribuídos, para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir, conforme previsto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei das SA.

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

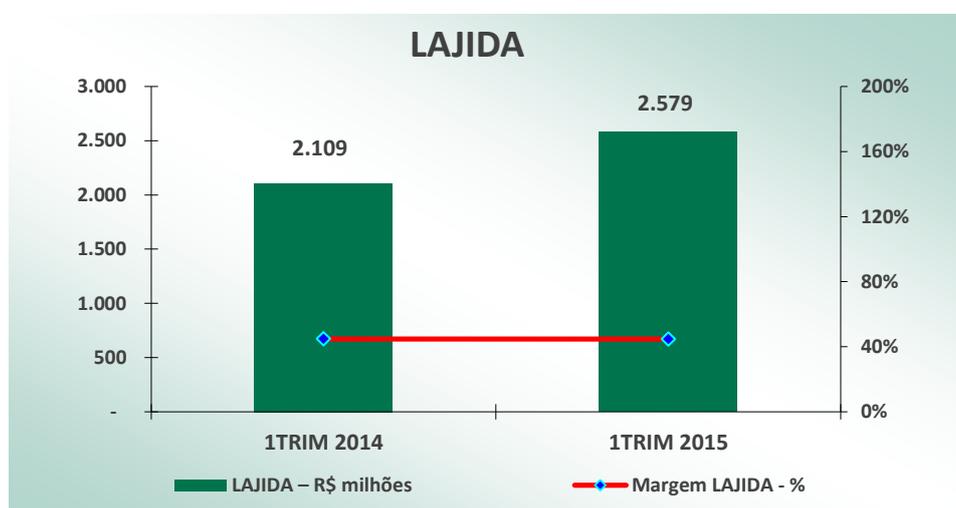
Resultado do Período

A Cemig apresentou, no primeiro trimestre de 2015 um resultado de R\$1.484.627, em comparação ao resultado de R\$1.250.089 no mesmo período de 2014, um aumento de 18,76%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 22,31% no primeiro trimestre de 2015 na comparação com o mesmo período de 2014:

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2015	31/03/2014	Var. %
Resultado do Período	1.484.627	1.250.089	18,76
+ Despesa de IR e Contribuição Social	573.695	578.868	(0,89)
+ Resultado Financeiro Líquido	273.450	97.539	180,35
+ Depreciação e Amortização	247.121	182.033	35,76
= LAJIDA	2.578.893	2.108.529	22,31



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA consolidado no primeiro trimestre de 2015, em comparação ao mesmo período de 2014, deve-se, principalmente, ao aumento de 22,43% na receita líquida. A margem do LAJIDA passou de 44,77%, no primeiro trimestre de 2014, para 44,72%, no primeiro trimestre de 2015.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$5.139.241 no primeiro trimestre de 2015 em comparação a R\$4.024.670 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 27,69%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$4.291.730 no primeiro trimestre de 2015 comparada a R\$3.478.821 no mesmo período de 2014, representado um aumento de 23,37%.

Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014 (efeito integral no primeiro trimestre de 2015);
- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015;
- instituição do mecanismo de bandeiras tarifárias, a partir de janeiro de 2015, no valor de R\$1,50 para a Bandeira Amarela e R\$3,00 para a Bandeira Vermelha e, a partir de março de 2015, no valor de R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$5,50 para a Bandeira Vermelha, ambos para cada 100 kWh consumidos. A bandeira vermelha vigorou nos três primeiros meses de 2015.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de

Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no primeiro trimestre de 2015, comparativamente às do mesmo período de 2014:

A energia faturada pela Companhia não apresentou variação expressiva nos períodos comparados, representando uma redução de 0,28%, sendo a variação por classe de consumo apresentada abaixo.

	MWh (1)		
	31/03/2015	31/03/2014	Var (%)
Residencial	2.563.143	2.567.781	(0,18)
Industrial	5.816.894	6.110.066	(4,80)
Comércio, Serviços e Outros	1.696.604	1.662.481	2,05
Rural	794.723	743.703	6,86
Poder Público	217.588	220.672	(1,40)
Iluminação Pública	331.051	329.739	0,40
Serviço Público	316.384	319.227	(0,89)
Subtotal	11.736.387	11.953.669	(1,82)
Consumo Próprio	9.819	9.769	0,51
	11.746.206	11.963.438	(1,82)
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	4.035.551	3.863.170	4,46
Total	15.781.757	15.826.608	(0,28)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Como pode ser observado, ocorreu uma redução de 1,82% na energia vendida para consumidores finais, o que foi parcialmente compensado com a venda de energia de suprimento para outras concessionárias.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No primeiro trimestre de 2015, a receita foi de R\$210.097 comparada a R\$195.928 do mesmo período de 2014, o que aumento de 7,23%. Esta variação decorre, principalmente, do reajuste tarifário de 8,79% a partir de 08 de abril de 2014.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$1.010.932 no primeiro trimestre de 2015 comparada a R\$1.326.907 no mesmo período de 2014, uma redução de 23,81%. Esta variação decorre, principalmente, da redução de 42,00% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R\$388,48/MWh em 2015 e R\$669,76/MWh em 2014).

Além da redução no preço da energia, a geração de energia das usinas no 1º trimestre de 2015, medida pelo GSF, foi menor na comparação com o período anterior, sendo de 0,80 na média do 1º trimestre de 2015 na comparação com 0,97 na média do 1º trimestre de 2014.

Apesar da redução do GSF, a Companhia teve mais energia disponível para liquidação no mercado atacadista de energia em 2015, o que compensou parcialmente a redução no preço médio de vendas.

Receita de Fornecimento de Gás

No primeiro trimestre de 2015 a Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$425.503, decorrente da consolidação da GASMIG, a partir de outubro de 2014.

CVA e Outros Componentes Financeiros

Em função de alteração nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia passou a reconhecer os saldos dos custos não gerenciáveis a serem repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou uma receita operacional de R\$ 550.270 em 31 de março de 2015.

Deve ser ressaltado que a receita mencionada é líquida de ajuste devedor no valor de R\$80.671 referente aos valores anteriormente registrados em 2014 como estimativa de saldos a serem reconhecidos no reajuste tarifário de abril de 2015 e os valores efetivamente reconhecidos pela Aneel, tendo em vista a revisão de determinadas premissas anteriormente utilizadas pela Companhia.

Vide mais informações na nota explicativa nº 11 das Informações Contábeis Intermediárias.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia não tiveram variação significativa um aumento de 3,34% nos períodos comparados (R\$309.286 no primeiro trimestre de 2014, em comparação a R\$299.284 no mesmo período de 2014).

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$2.092.421 no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$1.333.011 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 57,99%. Este resultado deve-se, parcialmente, aos tributos calculados com base em percentual do faturamento, sendo que as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita. A principal variação não decorrente de aumento do faturamento está descrita abaixo:

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Os encargos referentes à CDE foram de R\$298.139, no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$42.132, do primeiro trimestre de 2014. As despesas abarcadas pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE são: indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis. Em 2014 as despesas não foram consideradas integralmente na definição dos valores da CDE, ocasionando um déficit no ano. Em 2015 foi realizado um novo orçamento para a CDE, elevando o montante anual da despesa de CDE da Cemig Distribuição de R\$194 milhões para R\$2.147 milhões (conforme Resolução ANEEL 1.857/2015), sendo repassado às tarifas no componente de encargos setoriais.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$4.342.129 no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$2.898.233 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 49,82%.

Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações nos Custos e Despesas Operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.421.404 no primeiro trimestre de 2015, comparada a R\$1.628.716 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 48,67%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 93,06% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$1.117.664 no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$578.921 no mesmo período de 2014, decorrente principalmente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- aumento de 80,64% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$369.670 no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$204.640 no mesmo período de 2014. Essa variação decorre, principalmente, do aumento da tarifa, que era de U\$26,05/kW*mês em 2014 e passou para U\$38,07/kW*mês, a partir de janeiro de 2015. Além disso, ressalta-se a valorização do Dólar frente ao Real no primeiro trimestre de 2015, comparado ao mesmo período do ano anterior. O Dólar médio relativo às faturas no primeiro trimestre de 2015 foi de R\$2,91, em comparação a R\$2,34 do mesmo período de 2014, o que representou uma variação de 24,36%;
- aumento de 48,42% da despesa com energia adquirida no ambiente livre que foi de R\$628.571 no primeiro trimestre de 2015 comparado a R\$374.871 no mesmo período de 2014. Esta variação é decorrente, principalmente, do maior volume de compra realizado pela Cemig GT (3.669.685 MWh em 2015 em comparação a 2.277.008 MWh em 2014) em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado brasileiro;
- baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$241.389 no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$169.542 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 42,38%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$336.438 no primeiro trimestre de 2014, comparados a R\$294.781 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 14,13%. Essa variação decorre, basicamente, de reajustes salariais, cujos percentuais aplicados foram 6,34% a partir de novembro de 2014 e do resultado do dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos empregados da Companhia, que determinou o reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015.

Depreciação e Amortização

A despesa com depreciação foi de R\$247.121 no primeiro trimestre de 2015 comparado a R\$182.033 no mesmo período de 2014, apresentando aumento de 35,76%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Em 2014 foi registrado, na Cemig GT, um ajuste credor de R\$21.000 referente a revisão de despesas registradas em períodos anteriores, reduzindo a despesa com depreciação daquele período;
- Em 2015 foi feita a realização do valor justo da Gasmig impactando a despesa de depreciação consolidada em R\$13.160.

Matéria Prima e Insumos para Produção de Energia

Os custos referem-se basicamente ao óleo combustível para produção de energia na usina de Igarapé e foram de R\$77.518 no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$37.490 no mesmo período de 2014, um aumento de 106,77%. Este resultado é decorrente de um aumento de 28,93% no custo médio de compra associado a maior quantidade de combustível adquirido em 2015.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$233.573 no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$149.070 do mesmo período de 2014, uma redução de 56,69%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$43.164 no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$4.783 do mesmo período de 2014, um aumento de 802,45%.

Destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, que foram constituídas no montante de R\$16.148 no primeiro trimestre de 2015, em comparação a uma reversão de R\$ 9.016 no primeiro trimestre de 2014. Além disso, no primeiro trimestre de 2015 houve uma constituição de R\$ 2.916 nas provisões regulatórias, em comparação a uma reversão de R\$ 24.123 no primeiro trimestre de 2014. Maiores informações na nota explicativa nº 20.

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R\$734.530 referente a avaliação a valor justo dos ativos da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 12.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no primeiro trimestre de 2015 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$273.450, comparada a Despesa Financeira Líquida de R\$97.539 no mesmo período de 2014. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- reconhecimento, a partir de 2015, da variação cambial e monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, que representou um acréscimo na receita financeira de R\$ 73.974;
- redução da receita com Atualização do Ativo Financeiro BRR, sendo o montante no primeiro trimestre de 2015 de R\$91.553, comparados a R\$112.593 no mesmo período de 2014. Essa redução deve-se, basicamente, a menor variação do IGP-M no período (2,03% no 1º trimestre de 2015 em comparação a 2,55% no 1º trimestre de 2014);

- aumento nas despesas de variações Cambiais de Empréstimos e Financiamentos e Itaipu Binacional, verificado na Cemig D, sendo o montante de 2015 de R\$60.814 no primeiro trimestre comparados a R\$3.520 no mesmo período de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do Dólar em 2015 (20,77% no 1º trimestre de 2015 em comparação à variação negativa de 3,40% no 1º trimestre de 2014), bem como da maior variação do Euro em 2015 (6,78% no 1º trimestre de 2015 em comparação à variação negativa de 3,38% no 1º trimestre de 2014);
- aumento de 71,32% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$292.513 no primeiro trimestre de 2015 comparados a R\$170.737 no primeiro trimestre de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento da dívida indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 2,81% no primeiro trimestre de 2015 em comparação a 2,40% no mesmo período de 2014;
- aumento de 16,34% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$135.217 no primeiro trimestre de 2015, comparados a R\$116.221 do mesmo período de 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do IPCA no período (3,83% no 1º trimestre de 2015 em comparação a 2,18% no 1º trimestre de 2014);
- redução na receita de aplicações financeiras: R\$38.997 no primeiro trimestre de 2015 comparados a R\$72.060 no mesmo 2014, apresentando redução de 45,88% em função de menor volume de recursos aplicados em 2015;
- redução da despesa de variação monetária referente à concessão onerosa no valor de R\$5.989 no primeiro trimestre de 2015 comparados a R\$11.797 no mesmo período de 2014, redução de 49,23% decorrente, basicamente, da transferência da concessão de Porto Estrela da Cemig GT para a Aliança.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no primeiro trimestre de 2014, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$573.695 em relação ao Resultado de R\$2.058.322 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 27,87%. No primeiro trimestre de 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$578.868 em relação ao Resultado de R\$1.828.957, representando um percentual de 31,65%. Estas taxas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 31 DE MARÇO DE 2015																	
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG GT	CEMIG D	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS CONTROLADAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL CONTROLADAS	TAESA	LIGHT	MADEIRA	ALIANÇA GERAÇÃO	OUTRAS CONTROLADAS EM CONJUNTO	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO
ATIVO	15.137.515	13.477.219	14.384.499	1.993.346	328.576	172.437	156.037	290.058	(9.556.427)	36.383.260	4.819.998	4.787.621	2.309.376	1.013.783	4.190.187	(7.322.226)	46.181.999
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.706	150.616	310.713	70.144	10.536	7.219	5.191	33.447	-	617.572	493.314	263.344	27.879	5.391	173.347	-	1.580.847
Contas a Receber	-	1.362.331	2.098.197	118.104	-	5.775	6.741	(1.749)	(37.249)	3.552.150	103.705	673.460	29.480	27.806	65.611	(14.189)	4.438.023
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financ.	7.747	236.650	2.203	79.289	66	17.358	21.584	91.774	-	456.671	(203.896)	-	-	-	52.658	-	305.433
Tributos	560.614	114.487	1.512.923	87.539	26.547	610	434	851	-	2.304.005	301.479	333.844	11.385	1.673	14.376	-	2.966.762
Outros Ativos	793.245	450.130	1.614.040	320.539	28.477	3.941	554	33.141	(315.630)	2.928.437	112.558	879.532	117.878	9.735	154.550	430.563	4.633.253
Invest./Mob./Intang./Fin. de Concessão	13.746.203	11.163.005	8.846.423	1.317.731	262.950	137.534	121.533	132.594	(9.203.548)	26.524.425	4.012.838	2.637.441	2.122.754	969.178	3.729.645	(7.738.600)	32.257.681
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.137.515	13.477.219	14.384.499	1.993.346	328.576	172.437	156.037	290.058	(9.556.427)	36.383.260	4.819.998	4.787.621	2.309.376	1.013.783	4.190.187	(7.322.226)	46.181.999
Fornecedores e suprimentos	5.177	298.436	1.122.677	82.829	11.494	6.206	447	5.024	(43.889)	1.488.401	18.655	463.209	80.921	12.576	67.338	(15.801)	2.115.299
Empréstimo, Financ. e Debêntures	-	6.574.472	6.069.435	369.064	42.851	-	-	3	-	13.055.825	2.072.708	1.352.794	1.408	-	1.425.997	-	20.217.865
Juros sobre capital próprio e Dividendos	1.617.138	14.432	214.955	34.603	-	18.017	19.900	2.161	(304.068)	1.617.138	1	51.143	-	-	26.680	(77.824)	1.617.138
Obrigações Pós-Emprego	145.517	591.583	1.940.710	-	-	-	-	1	-	2.677.811	-	10.433	-	-	-	-	2.688.244
Tributos	20.290	757.339	1.506.769	341.579	9.106	37.462	2.189	24.146	-	2.698.880	725.019	447.050	33.814	3.063	27.728	-	3.935.554
Outros Passivos	570.576	303.508	942.430	194.384	46.260	721	652	8.852	(5.181)	2.062.202	98.765	286.029	136.486	155.938	21.804	63.672	2.824.896
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.778.817	4.937.449	2.587.523	970.887	218.865	110.031	132.849	249.871	(9.203.289)	12.783.003	1.904.850	1.220.624	705.361	840.798	2.620.640	(7.292.273)	12.783.003
Atribuído a Part. dos acionistas controladores	12.778.817	4.937.449	2.587.523	966.701	218.865	110.031	132.849	249.871	(9.203.289)	12.778.817	1.904.850	1.220.624	705.361	840.798	2.620.640	(7.292.273)	12.778.817
Participação de acionista não controlador	-	-	-	4.186	-	-	-	-	-	4.186	-	-	-	-	-	-	4.186
RESULTADO																	
Receita Operacional Líquida	80	2.403.101	3.064.683	341.127	29.857	14.520	14.934	54.447	(73.470)	5.849.279	194.228	821.369	69.429	25.660	90.772	(54.445)	6.996.292
Custos e Despesas Operacionais	(34.614)	(1.014.907)	(2.983.544)	(298.914)	(24.997)	(9.853)	(2.394)	(18.487)	45.581	(4.342.129)	(25.129)	(693.005)	(57.230)	(15.866)	(65.826)	22.424	(5.176.761)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(607.782)	(1.837.924)	-	-	(7.462)	495	(9.709)	40.978	(2.421.404)	-	(513.095)	(22.825)	(6.203)	(12.016)	35.267	(2.940.276)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(72.218)	(195.207)	-	-	-	(743)	(511)	27.290	(241.389)	-	-	(12.562)	(1.400)	(3.213)	14.296	(244.268)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(262.008)	-	-	-	-	-	(262.008)	-	-	-	-	-	-	(262.008)
Custo de construção	-	(30.933)	(202.640)	-	-	-	-	-	-	(233.573)	(1.742)	(61.405)	-	-	(1.007)	-	(297.727)
Pessoal	(13.187)	(83.474)	(228.260)	(5.822)	(3.677)	(328)	(273)	(1.417)	-	(336.438)	(10.804)	(30.382)	(1.595)	(1.549)	(13.599)	-	(394.367)
Participações dos Empregados no Resultado	(4.250)	(14.610)	(61.622)	-	(374)	(80)	(36)	(1)	-	(80.973)	(1.544)	-	-	(273)	(43)	-	(82.833)
Obrigações Pós-Emprego	(3.196)	(12.638)	(41.774)	-	-	-	-	(1)	-	(57.609)	-	-	-	-	-	-	(57.609)
Materiais	(90)	(80.868)	(9.814)	(319)	(24)	(87)	(88)	(110)	-	(91.400)	(3.907)	899	(394)	(73)	(766)	-	(95.641)
Serviços de Terceiros	(1.842)	(32.101)	(156.942)	(1.151)	(6.451)	(438)	(582)	(3.880)	4.558	(198.829)	(5.345)	(38.428)	(2.057)	(1.998)	(12.125)	222	(258.560)
Depreciação e Amortização	(116)	(76.002)	(111.671)	(23.811)	(9.258)	(1.373)	(1.098)	(2.796)	(20.996)	(247.121)	(178)	(36.553)	(11.483)	(3.200)	(18.187)	(19.387)	(336.109)
Provisões Operacionais	(7.988)	5.131	(40.153)	-	(153)	-	-	(1)	-	(43.164)	-	(3.318)	-	-	-	-	(46.482)
Outras Despesas Líquidas	(3.945)	(9.412)	(97.537)	(5.803)	(5.060)	(85)	(69)	(61)	(6.249)	(128.221)	(1.609)	(10.723)	(6.314)	(1.170)	(4.870)	(7.974)	(160.881)
Resultado Op. antes de Equiv. Patrim. e Financ.	(34.534)	1.388.194	81.139	42.213	4.860	4.667	12.540	35.960	(27.889)	1.507.150	169.099	128.364	12.199	9.794	24.946	(32.021)	1.819.531
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.499.761	(37.293)	-	-	(6.679)	-	-	1.342	(1.367.039)	90.092	199	(4.310)	-	-	21.513	(112.543)	(5.049)
Resultado com Reorganização Societária	-	734.530	-	-	-	-	-	-	-	734.530	-	-	-	-	-	-	734.530
Receita Financeira	5.954	28.130	242.709	7.587	648	649	622	4.003	-	290.302	92.767	112.223	2.835	15	7.352	-	505.494
Despesa Financeira	(1.982)	(240.474)	(307.217)	(12.046)	(1.496)	(66)	(36)	(435)	-	(563.752)	(160.523)	(170.042)	(28.196)	(53)	(29.305)	-	(951.871)
Resultado antes do IR e CSLL	1.469.199	1.873.087	16.631	37.754	(2.667)	5.250	13.126	40.870	(1.394.928)	2.058.322	101.542	66.235	(13.162)	9.756	24.506	(144.564)	2.102.635
Imposto de Renda e Contribuição Social	15.283	(559.958)	(11.335)	(4.093)	(1.325)	(1.509)	(705)	(10.053)	-	(573.695)	(13.985)	(24.476)	(961)	(854)	(4.037)	-	(618.008)
Resultado do Período	1.484.482	1.313.129	5.296	33.661	(3.992)	3.741	12.421	30.817	(1.395.072)	1.484.627	87.557	41.759	(14.123)	8.902	20.469	(144.564)	1.484.627
Participação dos acionistas controladores	1.484.482	1.313.129	5.296	33.516	(3.992)	3.741	12.421	30.817	(1.395.072)	1.484.482	87.557	41.759	(14.123)	8.902	20.469	(144.564)	1.484.482
Participação de acionista não controlador	-	-	-	145	-	-	-	-	-	145	-	-	-	-	-	-	145
	1.484.482	1.313.129	5.296	33.661	(3.992)	3.741	12.421	30.817	(1.395.072)	1.484.627	87.557	41.759	(14.123)	8.902	20.469	(144.564)	1.484.627

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 31 DE MARÇO DE 2014 (Reclassificada)																
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG GT	CEMIG D	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS CONTROLADAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL CONTROLADAS	TAESA	LIGHT	MADEIRA	GASMIG	OUTRAS CONTROLADAS EM CONJUNTO	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO
ATIVO	15.299.240	11.642.924	13.110.657	327.061	175.453	148.544	595.548	(9.571.840)	31.727.587	4.848.185	4.389.576	2.131.969	1.029.021	2.361.268	(6.144.303)	40.343.303
Caixa e Equivalentes de Caixa	241.816	386.240	374.940	23.976	6.234	7.526	69.803	-	1.110.535	212.628	230.051	28.725	39.757	116.283	-	1.737.979
Contas a Receber	-	1.611.923	1.607.106	-	5.520	4.664	32.956	(28.926)	3.233.243	93.343	620.373	21.568	101.571	36.728	(7.026)	4.099.800
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	206.631	224.695	310.451	4.460	17.597	10.013	158.592	-	932.439	171.802	-	-	23.449	47.830	-	1.175.520
Tributos	478.812	90.567	1.523.598	29.700	555	102	1.772	-	2.125.106	315.643	334.294	7.949	57.108	6.180	-	2.846.280
Outros Ativos	1.391.414	258.345	2.167.285	24.418	4.035	399	35.459	(1.195.361)	2.685.994	102.301	712.183	133.517	165.734	76.661	(140.156)	3.736.234
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	12.980.567	9.071.154	7.127.277	244.507	141.512	125.840	296.966	(8.347.553)	21.640.270	3.952.468	2.492.675	1.940.210	641.402	2.077.586	(5.997.121)	26.747.490
PASSIVO	15.299.240	11.642.924	13.110.657	327.061	175.453	148.544	595.548	(9.571.840)	31.727.587	4.848.185	4.389.576	2.131.969	1.029.021	2.361.268	(6.144.303)	40.343.303
Fornecedores e suprimentos	8.104	223.896	1.499.439	15.538	2.192	5.183	5.267	(43.081)	1.716.538	26.368	661.208	77.097	53.484	21.150	(7.819)	2.548.026
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	-	4.066.189	5.266.208	30.190	-	-	72.062	-	9.434.649	2.191.464	1.965.475	1.201.057	211.440	558.033	-	15.562.118
Juros sobre capital próprio e Dividendos	1.107.628	905.687	245.127	-	5.547	4.699	18.175	(1.179.235)	1.107.628	18.464	10.402	-	1.094	30.579	(60.539)	1.107.628
Obrigações Pós-Emprego	126.939	563.376	1.794.039	-	-	-	-	-	2.484.354	-	19	-	-	-	-	2.484.373
Tributos	20.838	637.185	1.139.982	10.661	38.536	1.983	24.949	-	1.874.134	670.900	260.418	31.620	44.894	19.202	-	2.901.168
Outros Passivos	148.699	347.829	674.784	35.896	876	1.029	16.116	(1.977)	1.223.252	25.971	304.395	148.958	152.488	(594)	(1.511)	1.852.959
Patrimônio Líquido	13.887.032	4.898.762	2.491.078	234.776	128.302	135.650	458.979	(8.347.547)	13.887.032	1.915.018	1.187.659	673.237	565.621	1.732.898	(6.074.434)	13.887.031
RESULTADO																
Receita Operacional Líquida	80	2.419.264	2.238.040	28.465	13.741	11.514	80.371	(81.466)	4.710.009	140.494	741.174	47.697	197.410	56.537	(24.284)	5.869.037
Custos e Despesas Operacionais	(19.191)	(682.629)	(2.218.212)	(24.015)	(4.402)	(10.404)	(20.846)	81.466	(2.898.233)	(31.059)	(626.278)	(43.505)	(188.223)	(37.282)	18.641	(3.805.939)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(355.699)	(1.299.780)	-	(1.868)	(5.823)	(5.554)	40.008	(1.628.716)	-	(442.546)	(23.726)	-	(1.878)	9.237	(2.087.629)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(64.947)	(133.886)	-	-	(714)	(1.342)	31.347	(169.542)	-	-	(8.714)	-	(1.287)	10.387	(169.156)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(173.971)	-	-	-	(173.971)
Custo de construção	-	(13.549)	(135.521)	-	-	-	-	-	(149.070)	(7.602)	(53.126)	-	-	(3.048)	-	(212.846)
Pessoal	(12.418)	(73.108)	(204.151)	(3.303)	(293)	(403)	(1.105)	-	(294.781)	(10.075)	(25.520)	(1.319)	(3.974)	(11.654)	-	(347.323)
Participações dos Empregados no Resultado	(4.849)	(13.496)	(39.111)	(353)	35	(33)	-	-	(57.807)	(1.291)	-	-	-	(30)	-	(59.128)
Obrigações Pós-Emprego	(2.767)	(12.039)	(38.173)	-	-	-	-	-	(52.979)	-	-	-	-	-	-	(52.979)
Materiais	(27)	(40.396)	(11.863)	(19)	(134)	(46)	(78)	-	(52.563)	(4.911)	(4.709)	(80)	(248)	(54)	-	(62.565)
Serviços de Terceiros	(2.240)	(35.618)	(148.970)	(5.384)	(691)	(832)	(5.092)	9.387	(189.440)	(4.960)	(32.239)	(1.150)	(1.094)	(6.452)	-	(235.335)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação e Amortização	(123)	(59.721)	(104.321)	(9.586)	(1.372)	(2.476)	(4.434)	-	(182.033)	(393)	(32.166)	(8.022)	(5.095)	(10.966)	(4.279)	(242.954)
Provisões Operacionais	10.985	(2.958)	(12.806)	(4)	-	-	-	-	(4.783)	6	(21.313)	-	-	17	-	(26.073)
Outras Despesas Líquidas	(7.752)	(11.098)	(89.630)	(5.366)	(79)	(77)	(3.241)	724	(116.519)	(1.833)	(14.659)	(494)	(3.841)	(1.930)	3.296	(135.980)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	(19.111)	1.736.635	19.828	4.450	9.339	1.110	59.525	-	1.811.776	109.435	114.896	4.192	9.187	19.255	(5.643)	2.063.098
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.254.062	1.049	-	(6.441)	-	1.381	699	(1.136.030)	114.720	190	(883)	-	-	33.484	(146.499)	1.012
Receita Financeira	13.170	52.490	178.516	1.364	750	470	6.163	-	252.923	18.519	26.263	740	15.121	4.023	67	317.656
Despesa Financeira	(1.815)	(150.599)	(193.884)	(778)	(272)	(22)	(3.092)	-	(350.462)	(67.659)	(51.859)	(14.274)	(5.324)	(10.408)	(67)	(500.053)
Resultado antes do IR e CSLL	1.246.306	1.639.575	4.460	(1.405)	9.817	2.939	63.295	(1.136.030)	1.828.957	60.485	88.417	(9.342)	18.984	46.354	(152.142)	1.881.713
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(566.148)	(40.206)	(1.764)	(3.583)	(519)	(15.043)	-	(627.263)	(21.242)	(23.551)	(1)	(7.056)	(2.207)	-	(681.320)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.783	10.318	33.966	157	255	7	(91)	-	48.395	9.107	(6.857)	(5)	-	(944)	-	49.696
Resultado do Período	1.250.089	1.083.745	(1.780)	(3.012)	6.489	2.427	48.161	(1.136.030)	1.250.089	48.350	58.009	(9.348)	11.928	43.203	(152.142)	1.250.089

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31/03/2015, reuniu-se 10 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 30 de abril de 2015, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2016.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 16.738 mil;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Comitês

- Constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:
 1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
 2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
 3. Comitê de Recursos Humanos;
 4. Comitê de Estratégia;
 5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
 6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração é fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação vigente.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2018.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;

- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$16.738 mil.
- A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Até 31/03/2015 foram realizadas 17 reuniões.

Conselho Fiscal

Reuniões

- No ano de 2015, até o mês de março, foram realizadas 3 reuniões.

Composição, eleição e mandato

- Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:
 - um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
 - um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
 - três eleitos pelo acionista majoritário.
- A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>
- Principais responsabilidades e atribuições:
 - Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elegeu, em consonância com a legislação vigente.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “*Public Company Accounting Oversight Board*” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a *Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os riscos estratégicos e de processos/operacionais. Objetivo é fornecer informações a alta administração para a tomada de decisões relativas à gestão dos riscos de maior relevância, preservando o valor da empresa.

Os riscos estratégicos são aqueles relacionados aos objetivos e à visão da Empresa, ou a decisões estratégicas que podem não alcançar o êxito planejado. Para estes riscos, existe uma matriz em que são identificados 17 riscos estratégicos, tais como: dificuldades na captação de recursos, renovação de concessão e contingências ambientais.

Já os riscos operacionais são aqueles que surgem no exercício das funções do negócio, ou seja, estão associados às pessoas, aos sistemas e aos processos de que sua operação depende. O caderno de riscos do último ciclo completo de revisão (2012) foi finalizado com 160 riscos operacionais mapeados, entre eles, ruptura de barragens, incertezas regulatórias sobre a comercialização de energia da geradora e não redução das perdas comerciais e técnicas em níveis determinados pelo órgão regulador.

No período entre 2012 e 2014, foram investidos cerca de R\$ 2 milhões no aprimoramento do processo de Gestão de Riscos da Cemig, consistindo na revisão do modelo de gestão e na implantação de um novo sistema (módulo SAP GRC RM), elevando a transparência e a confiabilidade de todo o processo. A nova ferramenta permite, dentre outros:

- o gerenciamento de fluxo de agentes envolvidos na gestão de riscos, como o gestor do processo, a equipe de gestão de riscos corporativos, gerentes, superintendentes e diretores;
- a inserção de novos parâmetros no modelo de gerenciamento de risco passando a considerar, por exemplo: causas e consequências de um risco e atribui a ele distintos níveis hierárquicos da organização;

- a vinculação de um risco gerido em um nível operacional com um risco que está sendo avaliado pelo nível estratégico.
- Atualmente está em andamento processo de revisão da matriz de riscos de processos da empresa, considerando as novas possibilidades abertas pela nova metodologia e ferramenta.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 31/03/2015

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	-	-	214.414.739	17,03
Outras Entidades do Estado	56.703	0,01	79.001.657	9,43	79.058.360	6,28
Total Controlador	214.471.442	50,97	79.001.657	9,43	293.473.099	23,31
AGC Energia S/A (1)	138.700.848	32,96	42.671.763	5,09	181.372.611	14,41
FIA Dinâmica Energia S/A	37.879.854	9,00	11.899.602	1,42	49.779.456	3,95

(1) A acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 31/03/2015

	31/03/2015	
	ON	PN
Controlador	214.471.442	79.001.657
Conselho de Administração	103.459	140.339
Diretoria Executiva	8	783
Ações em tesouraria	69	560.649
Ações em circulação (<i>free float</i>)	206.189.730	758.373.518
TOTAL	420.764.708	838.076.946

Relações com Investidores

No ano de 2014, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio de 2014, pelo 19º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Belo Horizonte - MG, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores às aquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:
 - endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
 - relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
 - saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguará e São Simão

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às informações contábeis intermediárias, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará (“UHE Jaguará”) e São Simão (“UHE São Simão”) tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguará e UHE São Simão, respectivamente. As referidas liminares asseguram que a controlada direta Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) permanecerá no controle da UHE Jaguará e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedido, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. Com base nos termos das liminares anteriormente mencionadas, a Cemig GT vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguará e São Simão em suas informações contábeis intermediárias, informações estas consolidadas nas informações contábeis intermediárias da Companhia, considerando que permanece no controle das referidas usinas. As presentes decisões têm caráter preliminar não representando, ainda, as decisões do mérito das ações propostas que deverão ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Renovação das concessões de distribuição

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, a controlada direta Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D”) detém concessões para exploração de atividades de distribuição de energia elétrica nas regiões norte, sul, leste e oeste do estado de Minas Gerais com vencimentos determinados para fevereiro de 2016. Em 15 de outubro de 2012, a Cemig D encaminhou para a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a sua manifestação de interesse na prorrogação dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica anteriormente mencionados. Em 17 de janeiro de 2014, a ANEEL enviou para a Cemig D um ofício circular informando que está analisando o requerimento de prorrogação das concessões, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido. Até a data da aprovação destas informações contábeis intermediárias, os termos da prorrogação não são conhecidos pela Administração. A prorrogação dos contratos de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As informações contábeis intermediárias da Cemig D e consolidadas nas informações contábeis intermediárias da Companhia, foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, as quais contemplam a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.